

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

146

146

SALVADOR • JULHO DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edmundo Sá B. Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha

Carla Janira Souza do Nascimento

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Joseanie Aquino Mendonça

Nícia Moreira da Silva Santos

Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO

Maria José Bacelar

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

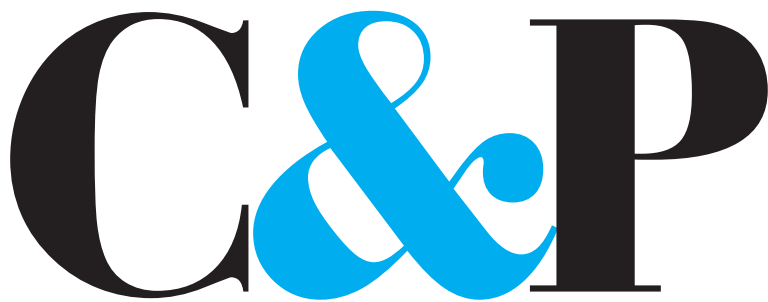
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Análise do turismo baiano Rosângela Ferreira Conceição	4
---	---

Conjuntura Econômica Baiana	8
-----------------------------------	---

Artigos

Quanto e como se ganha e se gasta no cotidiano das famílias baianas: explorando alguns dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares para a Bahia (POF) 2002-2003 Jorge Tadeu Dantas Caffé	18
--	----

A economia internacional dá sinais de desaceleração. Mesmo que ainda incipientes... Rodnei Fagundes Dias Ivan Tiago Machado Oliveira	27
--	----

O seguro-desemprego na Bahia Edelcique Serra Machado	35
---	----

Investimentos na Bahia

Ampliações concentram 56% dos investimentos industriais previstos no Estado da Bahia	40
--	----

Notícias	44
----------------	----

Legislação	47
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	50
Indicadores Sociais	56
Finanças Públicas	66

Carta do Editor

A busca do crescimento econômico de um país perpassa pela utilização de medidas de caráter político-econômico, as quais, muitas vezes, deixam marcas na sociedade. Nesse aspecto, estratégias de crescimento pautadas no controle da inflação, por meio da adoção de taxas de juros elevadas, podem acarretar, quando prolongadas, num comprometimento do nível de atividade. Dessa forma, a análise da economia brasileira nos últimos meses remete para questões mais específicas no campo do mercado de trabalho.

Com base nessa discussão, a edição de número 146 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P) traz artigos que versam sobre a conjuntura da economia internacional. Tendo como pressuposto que o saber econômico está voltado para diversos campos e que há uma correlação entre eles, realizou-se uma análise, em que partiu-se do geral para contemplar questões mais pontuais.

Nessa C&P temos o artigo de Rodnei Fagundes Dias e Ivan Tiago Machado Oliveira, A economia internacional dá sinais de desaceleração. Mesmo que ainda incipientes... onde se analisa os dados mais recentes para as grandes economias do mundo. Verifica-se, nessa abordagem, que a estratégia de elevação das taxas de juros reais começam a provocar efeitos de desaquecimento nas economias das grandes nações.

O artigo intitulado *Quanto e como se ganha e se gasta no cotidiano das famílias baianas: explorando alguns dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares para a Bahia* POF 2002-2003, Jorge Tadeu Dantas Caffé, fazendo uso da POF, avalia os hábitos dos trabalhadores baianos, com base nos seus rendimentos. Através dessa pesquisa, o autor identifica os tipos de origem dos rendimentos médios mensais familiares, bem como os seus respectivos gastos.

A análise econômica, na perspectiva da avaliação da eficácia do seguro-desemprego e caracterização da demanda do trabalhador de acordo com os rendimentos auferidos, permite avaliar o dinamismo da economia baiana do ponto de vista do mercado de trabalho. Assim sendo, ao expô-la nessas breves análises, espera-se que o leitor sinta-se estimulado a buscar novas fontes de leitura, de forma a ampliar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreender os eventos que caracterizam a dinâmica econômica de uma sociedade.

Análise do turismo baiano

Rosângela Ferreira Conceição*

O Brasil é um dos principais países que acolhe um grande número de turistas estrangeiros, devido a diversos fatores: climáticos, culturais, econômicos e cambiais. Além de ter um clima favorável para o lazer, é possuidor também de um riquíssimo litoral. As festas típicas, como o carnaval e os festejos juninos no Nordeste, são também um grande atrativo para os simpatizantes das folias.

Entre o ano de 2000 e 2004, o Brasil atraiu cerca de 22,8 milhões de turistas. Dentre estes, destacaram-se os residentes na Itália, Portugal, Espanha, EUA, Argentina, França e Alemanha (Tabela 1).

Tabela 1
Entrada de Turista, Brasil: 2000-2004

Ano	Fluxo	Varição (%)
2000	5.313.463	-
2001	4.772.575	-10,2
2002	3.783.400	-20,7
2003	4.132.847	9,2
2004	4.793.703	16
TOTAL	22.795.988	-

Fonte: Embratur e DPF (Departamento de Polícia Federal)

Na Tabela 1, observa-se que o ano de 2001, em relação a 2000, registra uma queda de 10,2% na entrada de turistas no Brasil. Isso se deveu a diversos fatores, dentre os quais destaca-se a crise da Argentina – moratória, controle cambial e escassez de dólares. Sendo a Argentina o país com maior participação no turismo brasileiro, foi de 33% no ano de 2000, esta margem reduziu-se, nos dois anos subsequentes, para 28,8% e 18,4%, respectivamente, em razão da tensão vivenciada pelos argentinos nesses períodos.

Outra crise com grande impacto no turismo brasileiro, no ano de 2001, foi o ataque terrorista às torres gêmeas nos Estados Unidos da América (EUA), no dia 11 de setembro, que ocasionou uma grande instabilidade no país e repercutiu na economia mundial. No ano de 2000, os EUA eram responsáveis por 12% da entrada de turistas no Brasil, caindo 8% no ano seguinte.

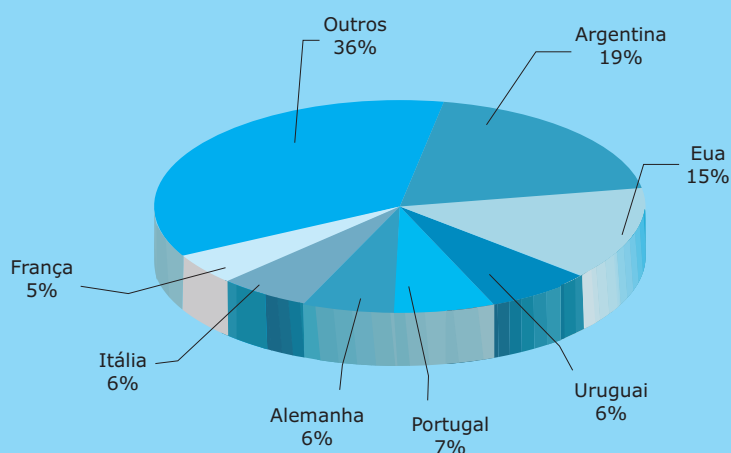
O ano de 2002, marcado por grande diminuição no número de turistas que entraram no país, registrou uma queda de 20,7% quando comparado a 2001. A Copa do Mundo na Coreia-Japão foi um dos principais determinantes de um possível desvio do destino turístico. Esse quadro foi revertido nos anos seguintes – 2003/2002, 2004/2003 – que registraram crescimento de 9,2% e 16%, respectivamente. Logo, na variação entre 2004 e 2000, observa-se uma queda de 9,8% no volume de turistas que ingressaram no país (Tabela 1).

No Gráfico 1, observam-se os principais países que visitaram o Brasil em 2004, conforme dados do turismo receptivo da Embratur. Nesse ano, o turismo internacional gerou US\$ 3,9 bilhões em divisas.

A Bahia é o estado com um dos maiores potenciais turísticos do País. Possui mil quilômetros de praias, inúmeras montanhas, grutas, lagoas subterrâneas, cascatas no interior e à beira-mar, abriga grande extensão da Mata Atlântica e o famoso rio São Francisco. Além de ser o berço da História do Brasil, representado em um conjunto arquitetônico reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade (CLUSTER..., 2005).

* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); Especialista em Auditoria Fiscal (em curso) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Técnica da SEI.

Gráfico 1
Principais países visitantes, Brasil: 2004



Fonte: Embratur e DPF

Por estas e outras razões é considerado um dos estados do Brasil que mais recebe turistas, tanto estrangeiros quanto do próprio país.

O estado, além de oferecer uma grande infra-estrutura hoteleira funcional e competente (em desenvolvimento), é também rico em grandes atrativos naturais, possuidor de um patrimônio sócio-cultural altamente preservado e detentor de uma população reconhecidamente festiva, alegre e acolhedora.

são de turistas estrangeiros (664 mil) e nacionais (4,2 milhões) produziu um crescimento de 13,1% em relação ao ano de 2000. Já em relação ao ano anterior, o crescimento de apenas 4% no fluxo turístico motivou a criação de aproximadamente 600 mil empregos diretos e indiretos no estado, acarretando um impacto de US\$ 2,37 bilhões no PIB da Bahia. Por isso, o turismo é considerado um dos mais envolventes setores produtivos da economia como um todo.

Gráfico 2
Fluxo turístico, Bahia: 2000-2004



No Gráfico 2, conforme dados da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), entre o ano de 2000 e o de 2004, o fluxo turístico na Bahia alcançou a cifra de 22,5 milhões de pessoas, o qual gerou uma receita na ordem de US\$ 4,8 bilhões. Verifica-se que este fluxo foi consideravelmente maior no ano de 2004, quando a expan-

Tem-se observado que o fluxo turístico encontra-se em nível de expansão e essa concentração é maior no verão, quando a entrada de turistas e a receita gerada são mais expressivas. Segundo a SCT (BAHIA, 2006), entre dezembro/05 e março/06, foi registrado um fluxo global de 1,9 milhão de turistas, uma receita de US\$

Tabela 2
Indicadores do turismo na temporada de verão, Bahia: Dez – Mar – 2004/2006

Indicador	2004/2005	Var. %	2005/2006	Var. %
Fluxo Turístico	1.850.365	7,36	1.961.387	6
Receita gerada (Em US\$)	313.253.458	8	338.313.734	8
Impacto no PIB (Em US\$)	587.757.462	8	634.778.058	8

Fonte: SCT; Bahiatursa

338 milhões, e um impacto de US\$ 634 milhões no PIB da Bahia. Quando comparado com os resultados atingidos pelo turismo na temporada de verão 2004/2005, o crescimento no fluxo foi de 6%, impulsionando a economia do estado que, assim, estará mais estimulado a investir no setor turístico, proporcionando melhor estrutura para este mercado em expansão (Tabela 2).

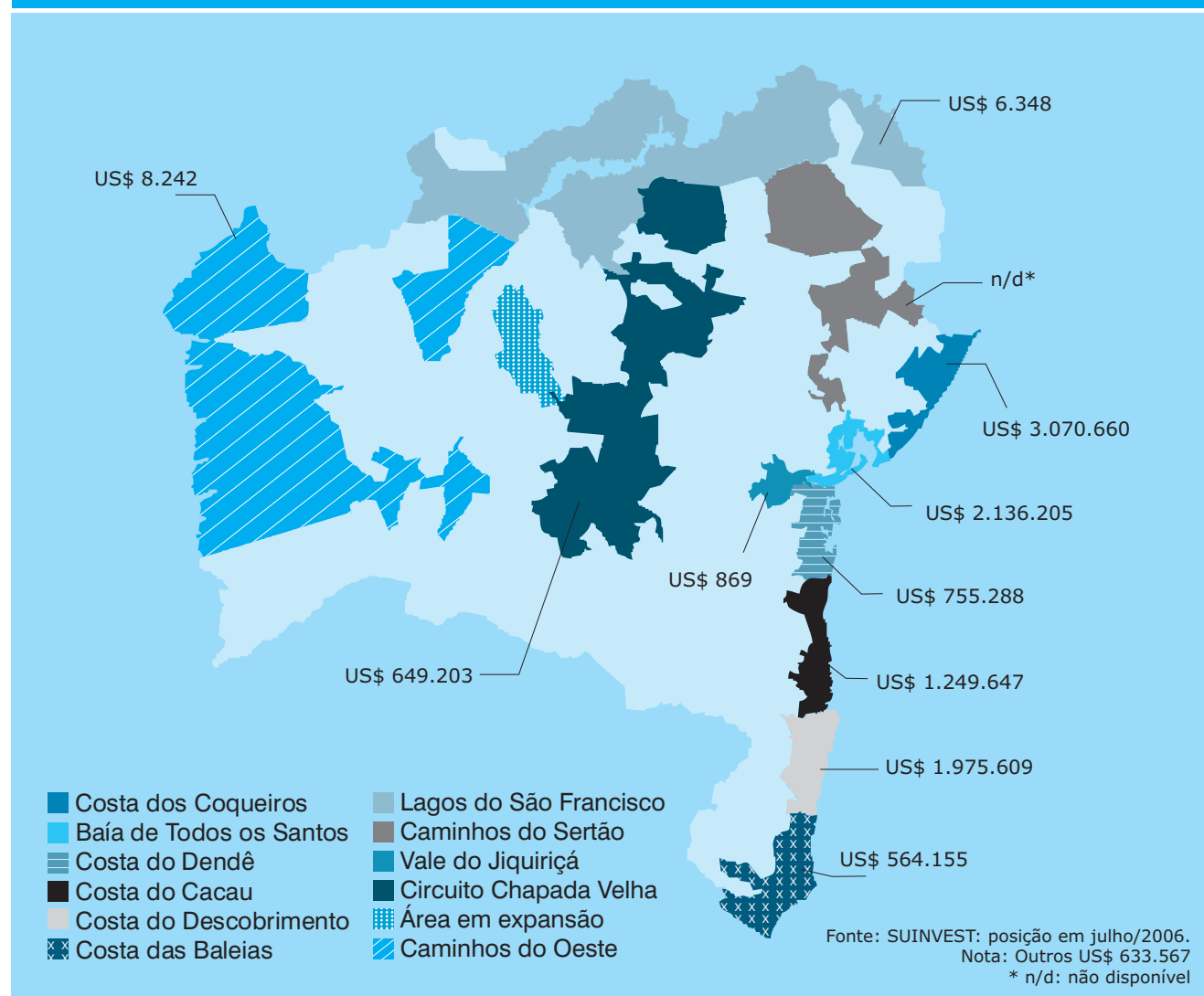
Com o intuito de atrair um número crescente de turistas, o estado da Bahia tem incentivado cada vez mais o setor, com a implantação de novos investimentos

públicos em zonas turísticas com a criação de novos empreendimentos privados, considerados de grande porte, nas zonas que estão sendo beneficiadas.

Com base nos dados da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST), têm-se investimentos públicos na ordem US\$ 3,4 bilhões, no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2020, distribuídos entre onze zonas, nos quais estão inclusos os que já foram realizados, os que estão em execução e os projetos. Estes recursos, no entanto, focalizaram com mais

Figura 1
Zonas Turísticas: Investimentos Públicos e Privados, Bahia: 1991-2020

Em US\$ 1.000



intensidade a zona turística da Bahia de Todos os Santos (US\$ 1,2 bilhão), constituída pela capital baiana, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz, locais que concentram maior fluxo de turistas.

Quanto aos investimentos privados, serão imitados em oito zonas turísticas. Até o momento, estão concluídas 30.575 unidades de hospedagem (UHs), envolvendo aproximadamente US\$ 1 bilhão. No total serão investidos quase US\$ 7,7 bilhões em 53.298 UHs na Bahia. A maior concentração destes recursos está na zona turística da Costa dos Coqueiros, mais conhecida como litoral norte (US\$ 2,8 bilhões), composta por Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Jandaíra, Esplanada e Conde, com instalação de várias unidades hoteleiras de grande porte, a exemplo de: Costa do Sauípe, Hotel Vila Galé Marés e Iberoestar, o mais recente complexo hoteleiro. Estão previstos investimentos totais na ordem de, aproximadamente, US\$ 3 bilhões somente nesta zona (Figura 1).

Com base nos dados da Bahiatursa, somente no ano de 2005, o estado atraiu 5,2 milhões de turistas, o que representa um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. Os turistas estrangeiros foram 717 mil, registrando um crescimento de 8% em relação aos que visitaram o estado no ano de 2004. Até 2020, tem-se a perspectiva da visita de aproximadamente 20 milhões de turistas e de uma receita de US\$ 7,9 bilhões. Hoje o turismo é responsável por 6% do PIB da Bahia (TERZIAN, 2006).

O estado tem confiado cada vez mais no mercado do turismo, que vem atraindo novos empreendimentos com o intuito de tornar a Bahia o destino turístico mais procurado do Brasil. Além de proporcionar entrada de divisas no país, o turismo é um negócio socialmente indispensável, por criar novas oportunidades de emprego e renda para a população local e proporcionar a mistura que envolve diferentes classes, crenças e raças, dinamizando não só o setor turístico, mas todos os outros setores econômicos.

Referências

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

BAHIA investirá US\$ 1,6 bi no turismo. *Tribuna da Bahia*.

11 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

CIAFFONE, Andréa. Dólar mais acessível, turismo em ascensão. *Gazeta Mercantil/ Relatório* 28 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

CLUSTER lança revista com visão de futuro nas áreas de entretenimento, cultura e turismo. *Diário Oficial*. 30 maio 2005. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

FILHO, José Pacheco Maia. Consplan diversifica e constrói hotel da Iberoestar. *Gazeta Mercantil*. 08. maio 2006. Disponível em: <http://www.felsberg.com.br/info_clipping_conteudo.asp?i=22065&desc=if>. Acesso em: 1 jul. 2006.

PATROCÍNIO, Adriana. Bahia deve atrair 4,7 milhões de turistas em 2005. *Correio da Bahia*. 11 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/2005/01/13/noticia.asp?link=not000103968.xml>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

PAULUS, Guilherme. A boa maré do turismo no Brasil. *Gazeta Mercantil*. 03 jun. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/clipping/clipping04.cfm?clip_id=2394>. Acesso em: 1 jul. 2006.

TERZIAN, Françoise. Meta é ser o destino número um no Brasil. *Valor Econômico*. 30 maio 2006. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/139/138/Meta+e+ser+o+destino+numero+um+no+Brasil,turismo%20bahia,138,3711770.html>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

TREVISAN, Cláudia. Incertezas paralisam comércio exterior. *Valor Econômico*. 28 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.valoreconomico.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006.

TURISMO aumenta receita e emprego. *Tribuna da Bahia*. 01 nov. 2005. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=2381>. Acesso em: 1 jul. 2006.

VILA Galé inaugura resort em guarajuba. *Diário Oficial*. 17 maio 2006. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=2484>. Acesso em: 1 jul 2006.

Um conflito pós-moderno. *Valor Econômico*. 12 set. 2001. Disponível em: <<http://www.valoreconomico.com.br>>. Acesso em: 1 jul. 2006. ■



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de abril, a economia baiana manteve a trajetória de expansão, com os seus principais indicadores registrando taxas de crescimento positivas. Comércio exterior, vendas no varejo e produção industrial registraram, até o presente mês, desempenho acima do verificado no mesmo período do ano anterior.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em abril de 2006, variação positiva de 5,4% em relação ao mesmo mês de 2005. No ano, a indústria acumula crescimento de 6,5% na comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, o crescimento de três segmentos merece destaque: celulose, papel e produtos de papel (65,5%), metalurgia básica (16,0) e borracha e plástico (14,7%). Por outro lado, os segmentos de produtos químicos (-0,2%), alimentos e bebidas (-2,0%) e automotivo (-11,9%) registraram desempenho negativo no período.

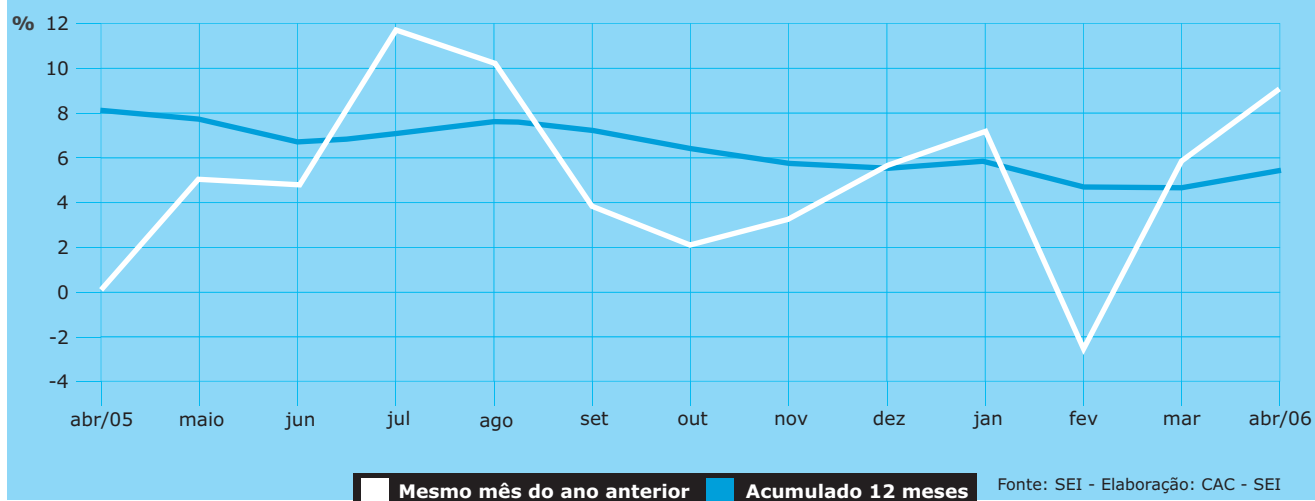
O comércio exterior continua com forte expansão tanto nas exportações quanto nas importações. Segundo os dados do MDIC, até maio de 2006, as exportações baianas somaram US\$ 2,5 bilhões – crescimento de 35,1% sobre o mesmo período do ano anterior –, e as importações totalizaram US\$ 1,5 bilhões – crescimento de 36,2% sobre o mesmo período do ano anterior. No ano, o saldo acumulado é de US\$ 993 milhões.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 9,8% de janeiro a abril de 2006. As maiores taxas de crescimento no ano foram apresentadas pelos segmentos: equipamentos e materiais para escritório (68,6%); móveis e eletrodomésticos (24,4%) e hipermercados e supermercados (19,0%). O segmento veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de 17,4% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,23% no mês de junho 2006. No mesmo mês de 2005, a alta foi de 0,28%. De janeiro a junho de 2006, os preços se elevaram, em média, 2,9%, sendo que as maiores altas ocorreram nos itens habitação e encargos (15,0%) e saúde e cuidados pessoais (3,6%).

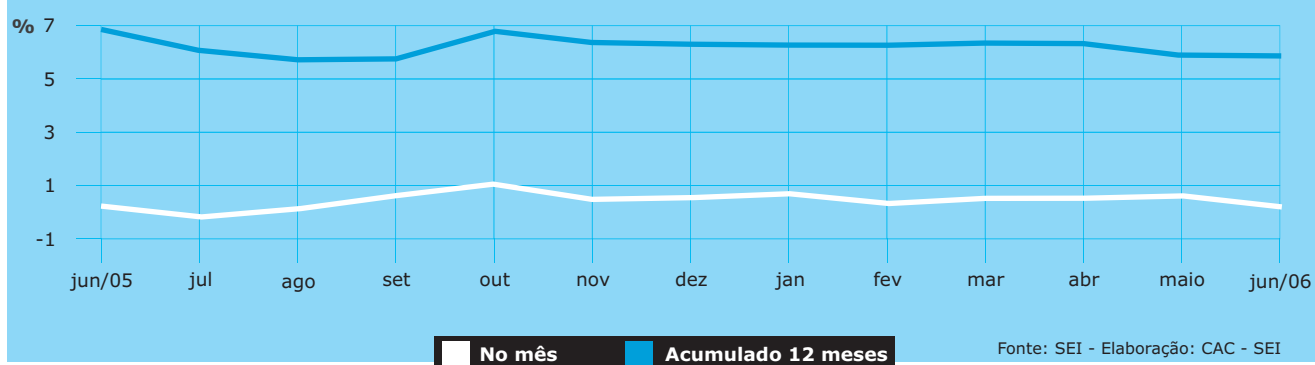
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIE-ESE/SEADE), fechou o mês de maio com taxa de desemprego em 24,4%, determinando uma média anual de 24,2%. Com relação ao rendimento, foi verificada queda de 2,6% na comparação entre abril de 2006 e o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos doze meses, entretanto, foi verificada estabilidade.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



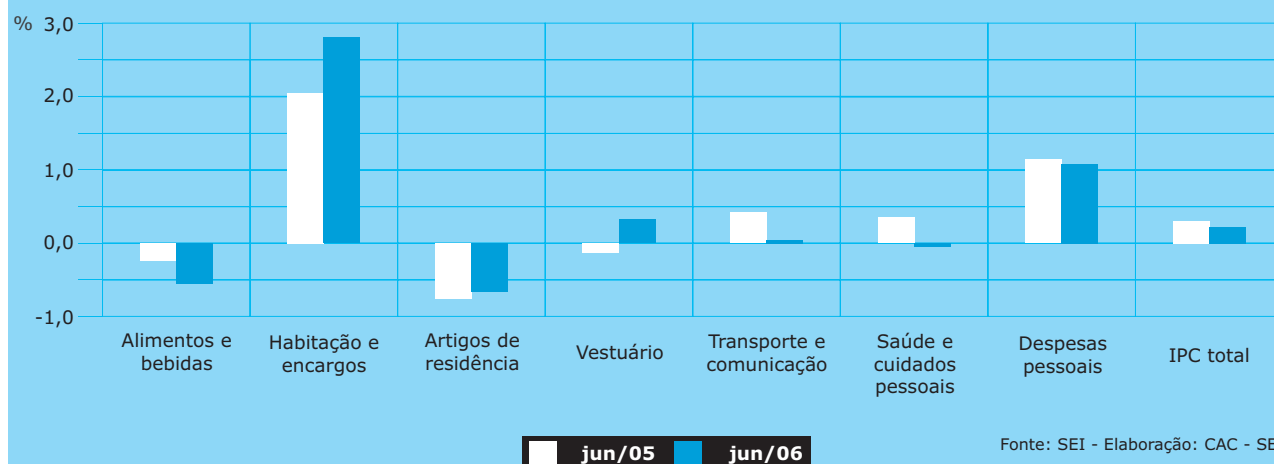
Em abril, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) registrou alta de 9,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Também na comparação entre abril e março de 2005, foi verificado movimento de expansão (1,4%). No acumulado dos 12 meses, o índice manteve a trajetória de expansão iniciada em fevereiro, registrando, em abril, alta de 5,4% na comparação com o mesmo período anterior.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



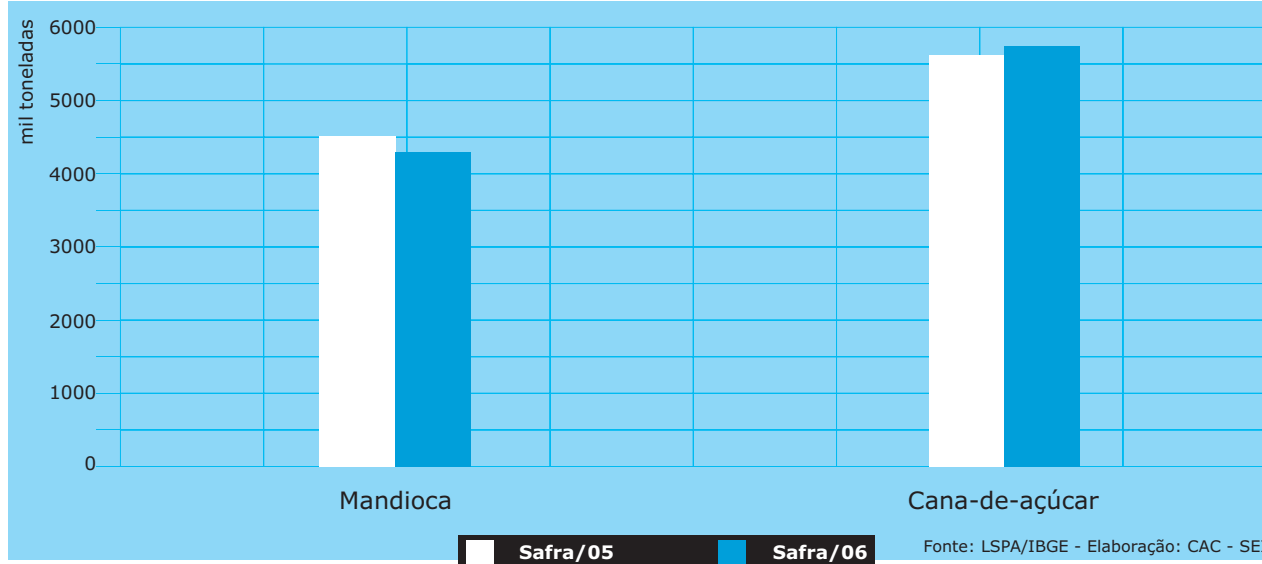
No mês de junho, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,23%, abaixo dos 0,59% do mês de maio do ano vigente. Com esse resultado, o índice acumula alta de 5,8% nos 12 meses. Habitação e encargos (24,3%) e transporte e comunicação (12,5%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Artigos de residência (-3,7%) continua sendo o grupo que menos pressiona na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



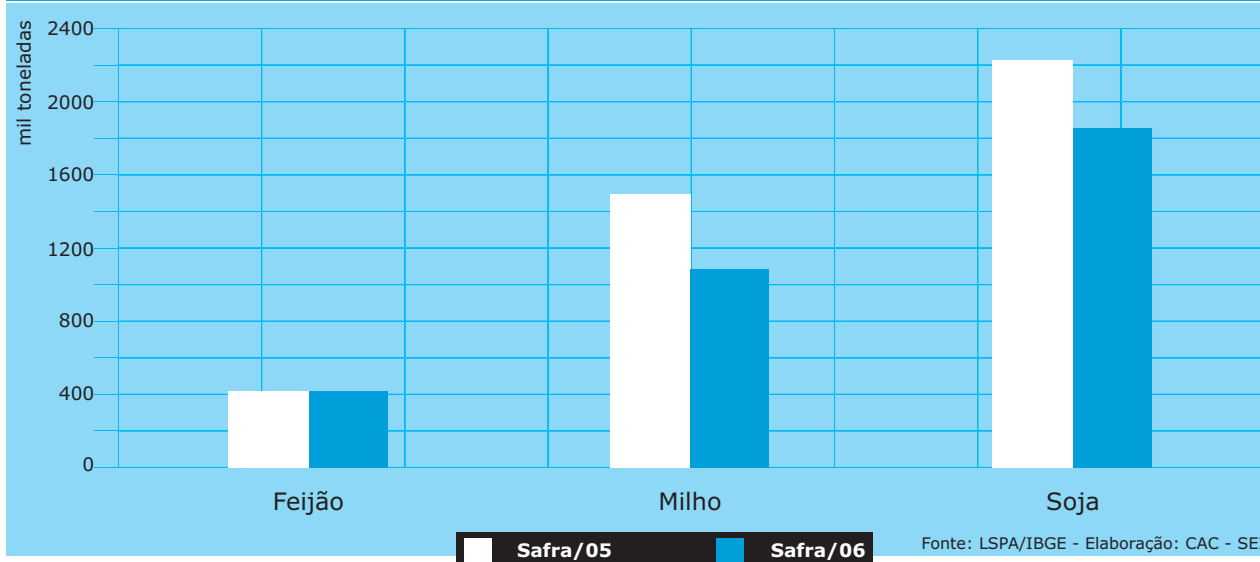
Os grupos de habitação e encargos (2,8%) e de despesas pessoais (1,1%) apresentaram, em junho, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (3,6%) e recreação e fumo (1,5%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, os grupos de alimentos e bebidas (0,5%), artigos de residência (0,7%), saúde e cuidados pessoais registraram taxa negativa.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas para a safra baiana, realizadas em junho de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apontam retração da produção de mandioca (4,3%). Esse resultado segue estimativas anteriores, que combinam redução da área plantada (3,6%) com redução do rendimento da lavoura (4,0%). Para a cana-de-açúcar, mantém-se a elevação em 2,0% da safra. Continuam as expectativas dos produtores em relação aos bons preços do açúcar e do álcool em mercados interno e externo.

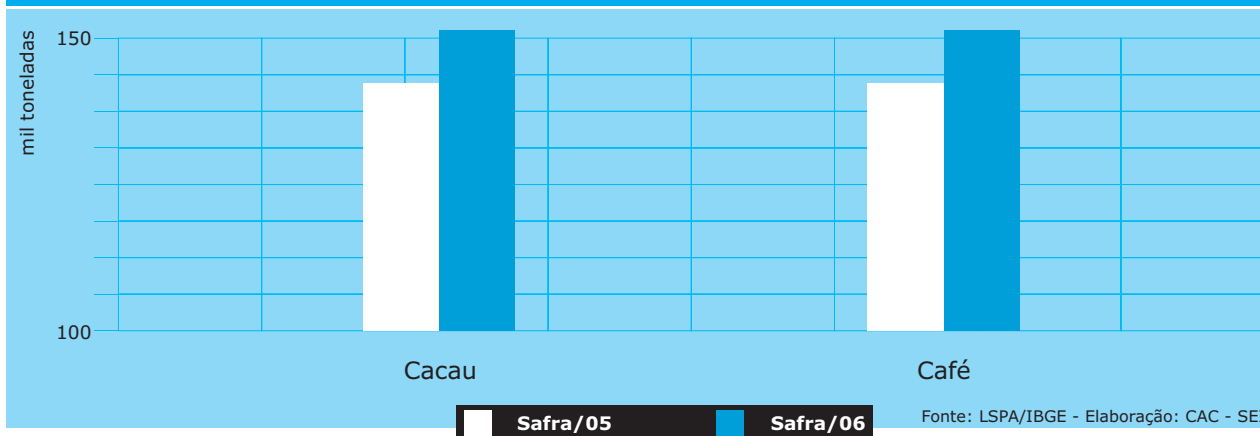
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Acentua-se a estimativa de redução da safra de feijão em 2006 (7,3%). Os resultados do feijão 1ª safra, em comercialização, respondem pelo resultado geral (queda de 50% em relação a 2005).

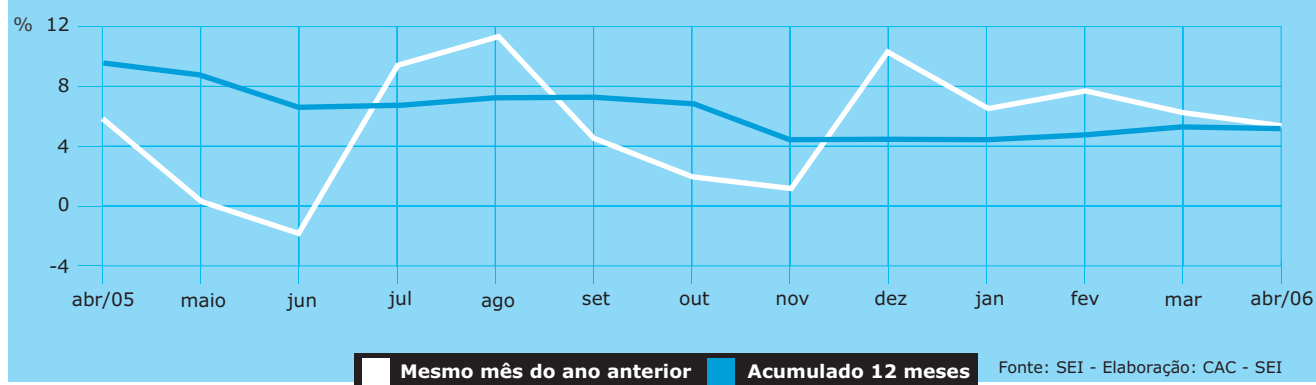
Para o milho, mantém-se a redução de 27,5% da produção física, observada em estimativa anterior. A disposição de chuvas, as irregulares no plantio e a conjuntura de preços desfavoráveis explicam tal redução. Para a lavoura de soja, já em comercialização, confirmam-se estimativas de redução de 17,1% da produção.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



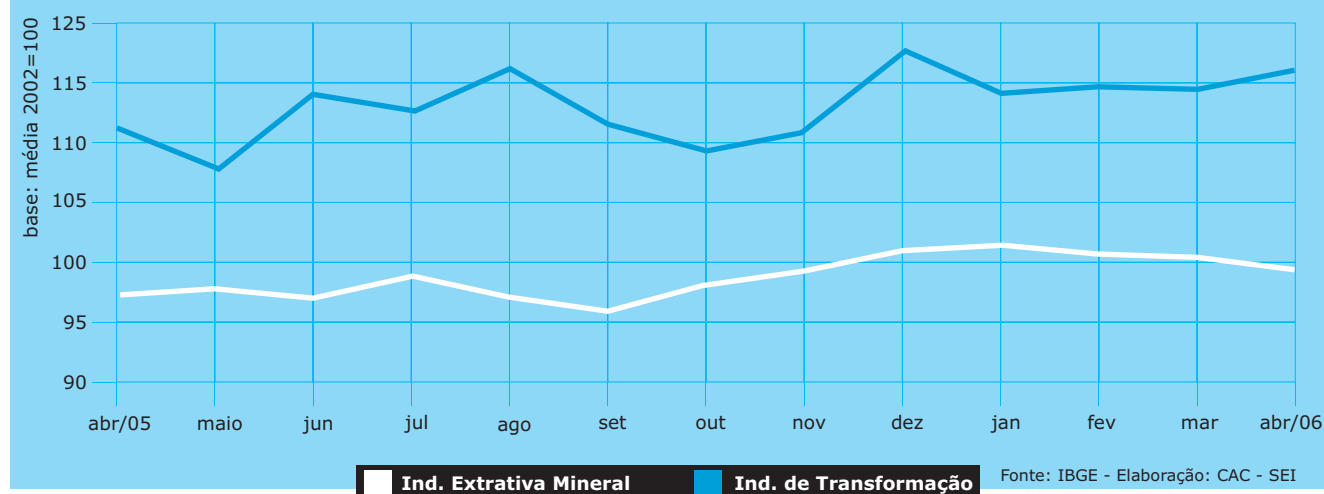
Segundo o LSPA/IBGE de junho 2006, continuam as estimativas de aumento em 15,7% da safra de cacau. Com a lavoura em frutificação, esperam-se os retornos dos investimentos feitos no combate à vassoura-de-bruxa. Para o café, mantém-se a elevação da produção de 15%. Os cafeicultores baianos aproveitam a conjuntura favorável dos preços do grão para realizar bons negócios, sobretudo com cafés de qualidade superior, plantados, por exemplo, na Chapada Diamantina.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



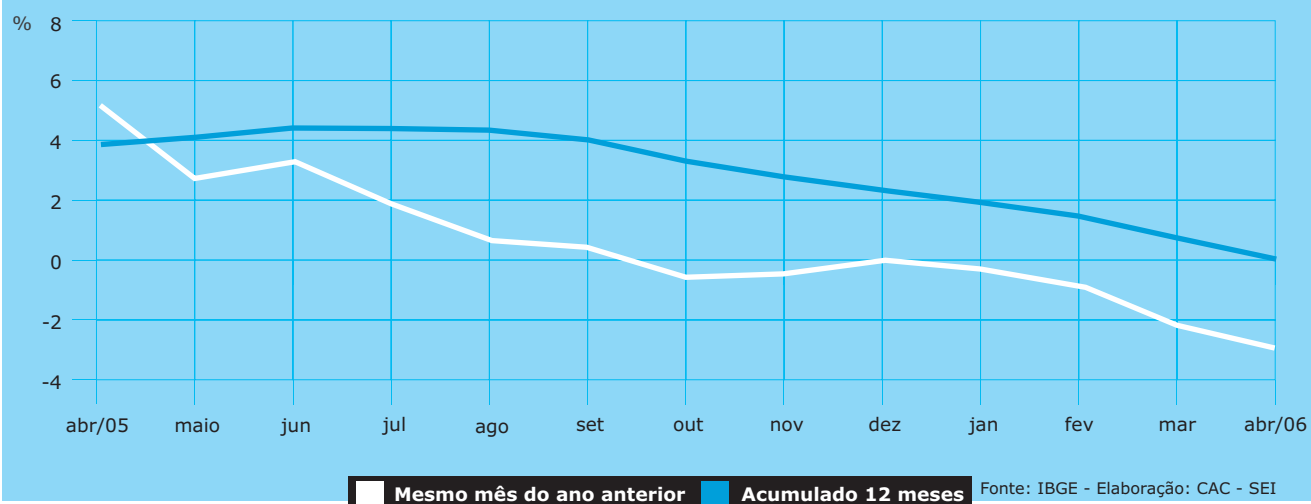
A produção da indústria de transformação da Bahia registrou em abril crescimento de 5,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Nos 12 meses, o índice manteve-se estável em 5,2%. Os setores da indústria que apresentaram as maiores altas nos 12 meses são: celulose, papel e produtos de papel (30,4%), borracha e plástico (13,0%) e minerais não-metálicos (12,7%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

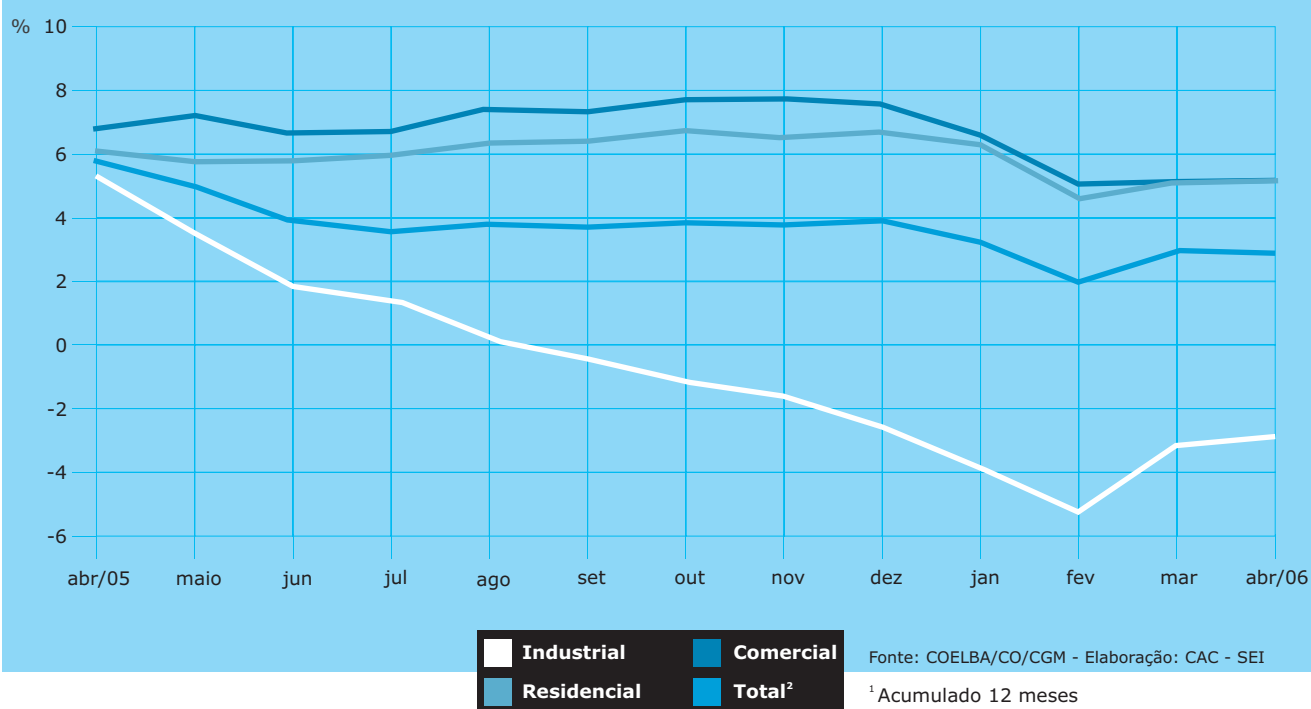


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra taxa positiva (1,5%), na comparação de abril de 2006 com março do mesmo ano. As maiores altas no período foram verificadas nos setores de metalurgia básica (13,5%) e celulose, papel e produtos de papel (5,6%). A indústria extrativa mineral registrou, no mesmo período, retração de 1,2%.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em abril de 2006, queda de 3,0% em relação a abril de 2005. Este foi o quarto mês consecutivo de queda. No acumulado dos 12 meses, o emprego na indústria baiana registrou expansão de apenas 0,1%. Os setores que registraram as maiores altas neste período foram: máquinas e equipamentos, exclusive eletroeletrônicos, de precisão e de comunicações (31,8%), madeira (21,1%) e coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e Álcool (10,2%).

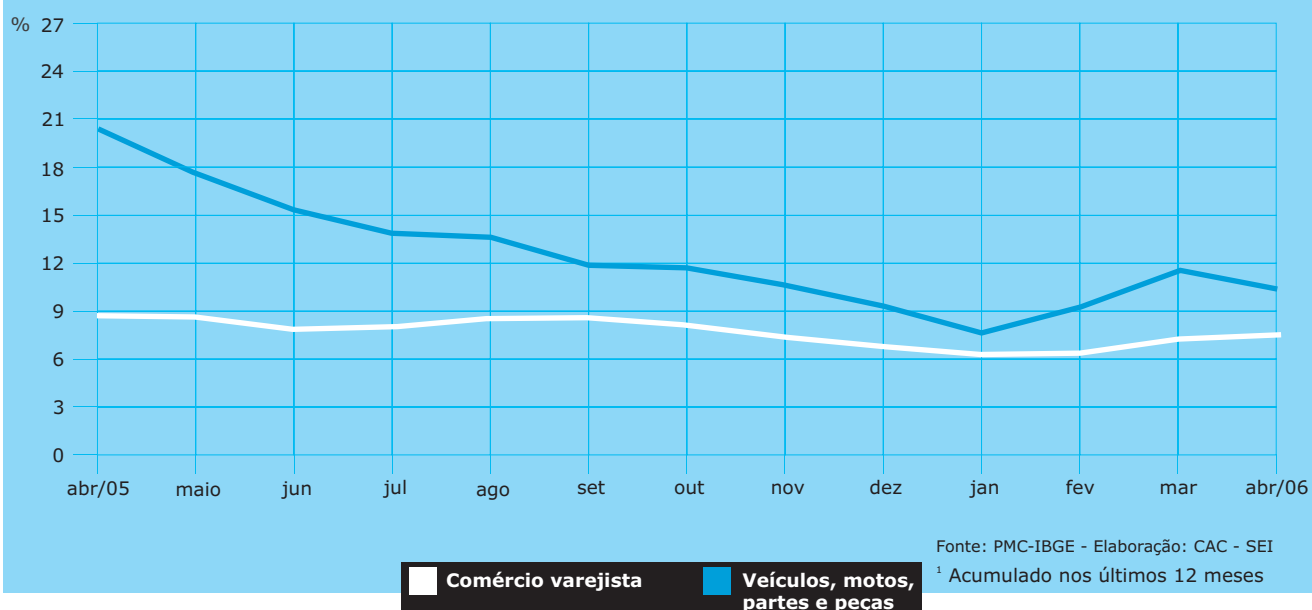
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

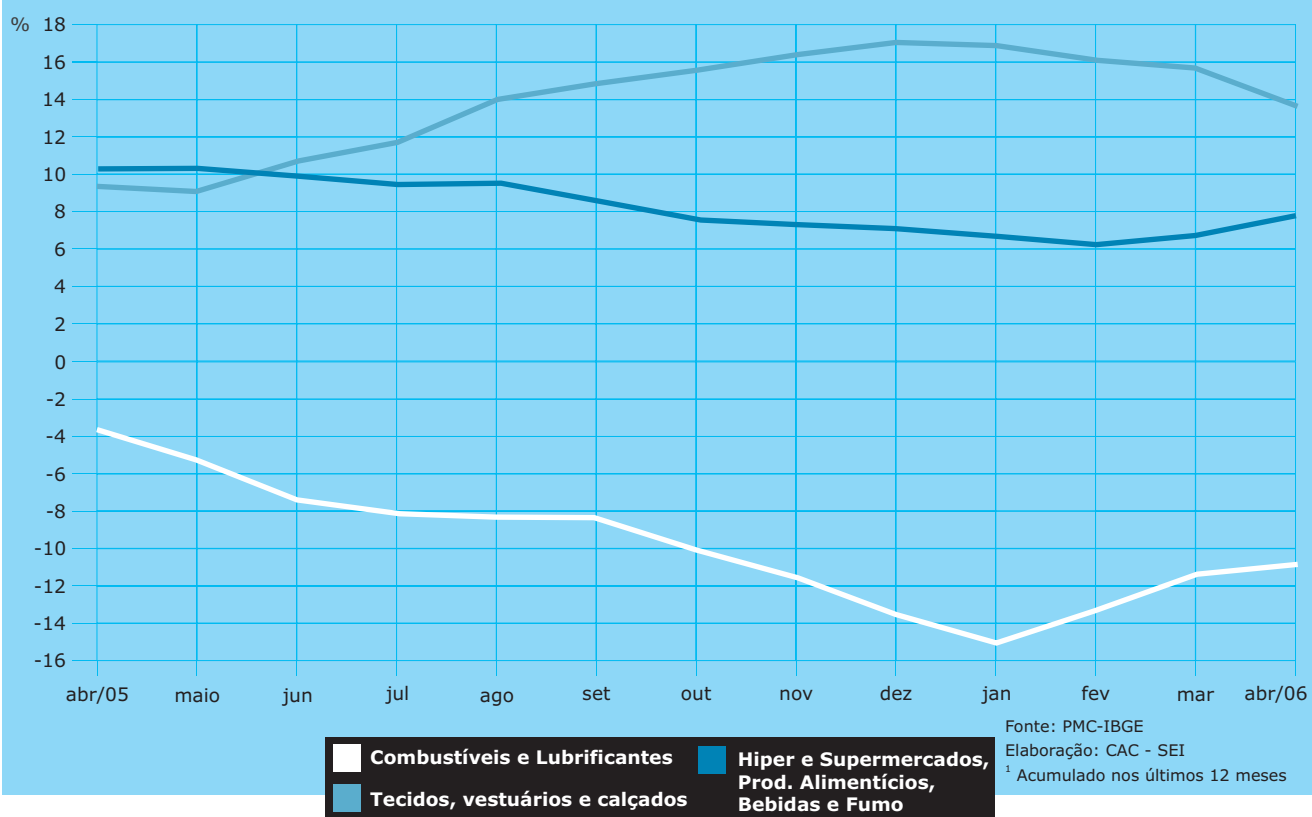
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, obteve, em abril de 2006, trajetória de crescimento, registrando alta de 2,8% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, o consumo residencial neste mês apresentou a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 5,2%. O consumo comercial cresceu 5,1% e o consumo industrial vem mantendo a queda em dois meses consecutivos, registrando uma taxa de negativa de 2,9% no mês do ano vigente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



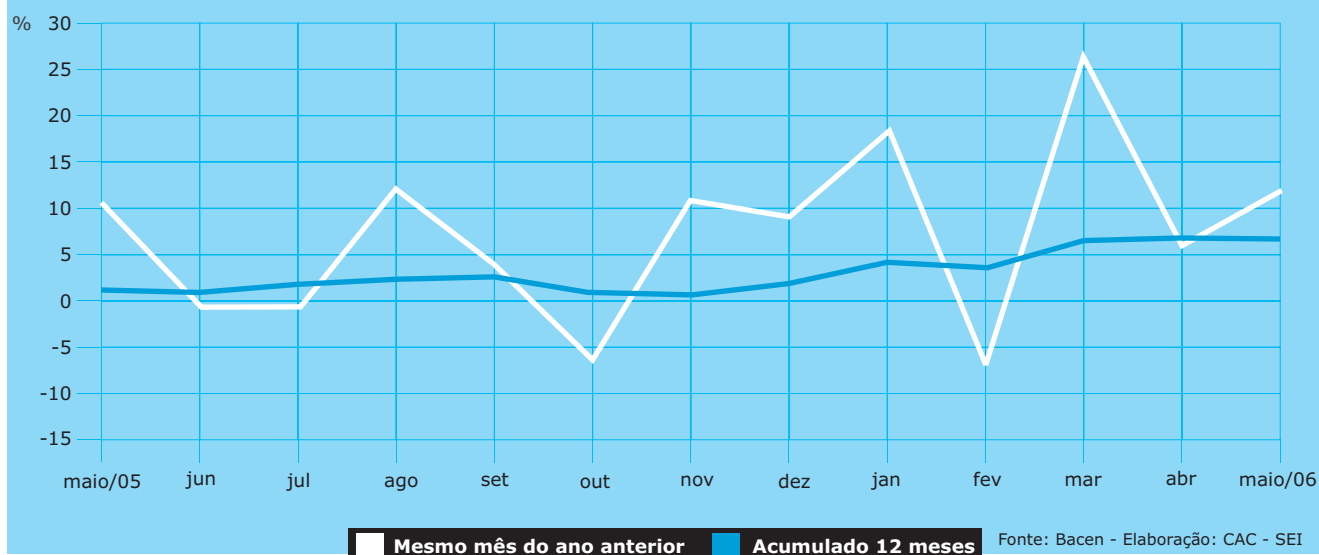
Em abril de 2006, o comércio varejista na Bahia apresentou um acréscimo no volume de negócios na ordem de 10,2%. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE revelaram, para o acumulado dos últimos 12 meses, uma expansão de 7,6%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 2,0% ante igual mês de 2005. Em função dos resultados apresentados nos meses anteriores, esse segmento revelou para os últimos 12 meses um crescimento do volume de vendas de 10,8%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



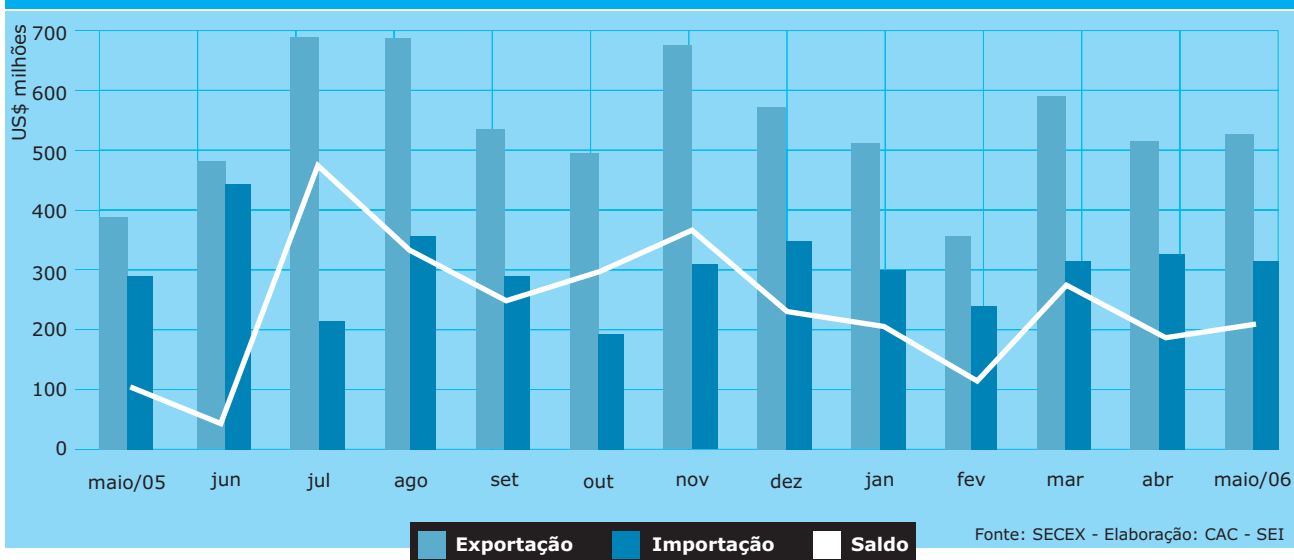
De acordo com a PMC/IBGE, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado dos últimos 12 meses até abril de 2006, um crescimento de 33,6% no volume de vendas. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos hiper e supermercados, revelando uma taxa de 7,7%, em função de melhoria nos rendimentos dos trabalhadores.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

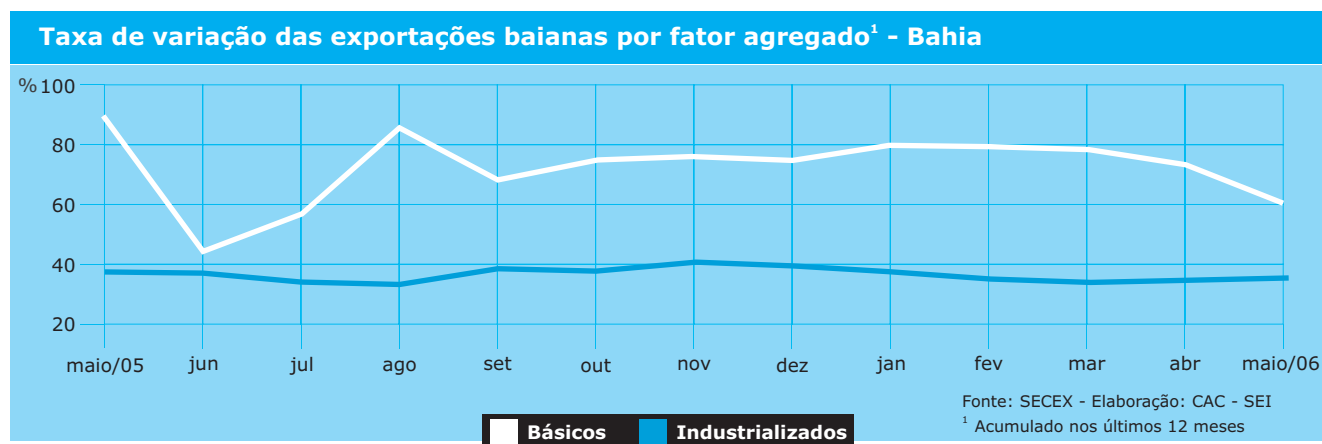


Em maio de 2006, foram emitidos cerca de 450.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 12% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação entre maio de 2006 e abril de 2006, houve crescimento de 15% no total de cheques sem fundos. Além do aumento registrado em maio, a taxa acumulada nos 12 meses registrou também um crescimento de 7%, apresentando igualmente uma tendência de crescimento no volume de cheques sem fundos.

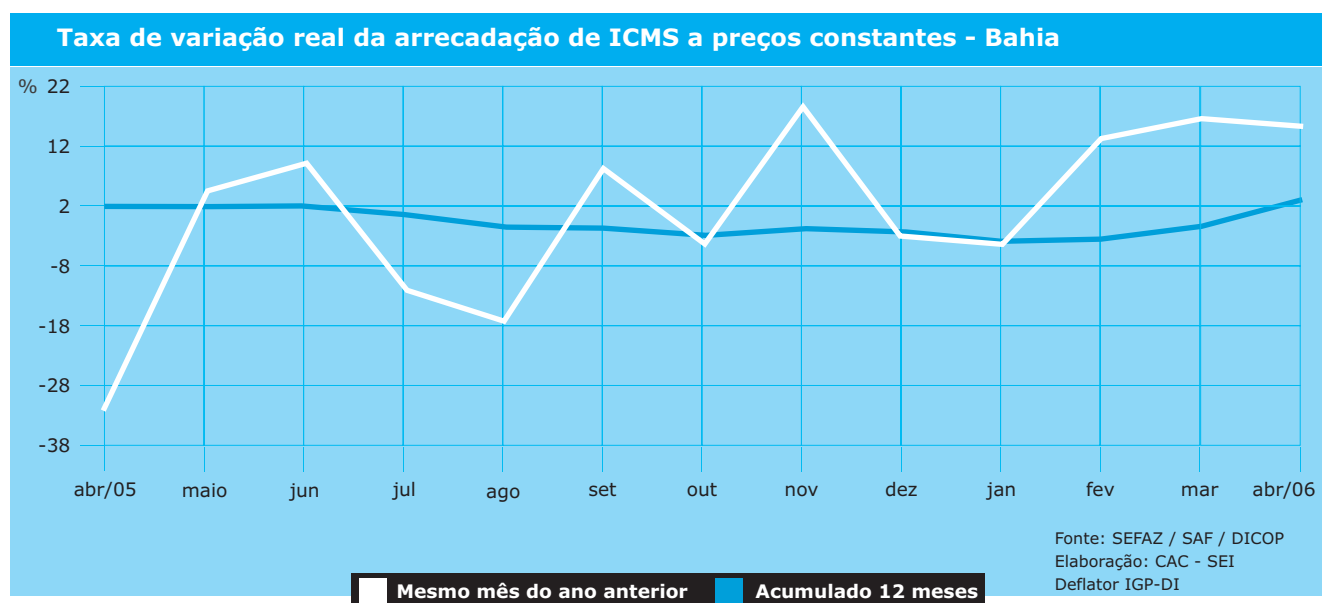
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em maio de 2006, um saldo superavitário de US\$ 208,3 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 526 milhões, o que representa um crescimento de 34,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 317,7 milhões, com crescimento de 10,6% em relação a maio de 2005. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial entre os países – Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

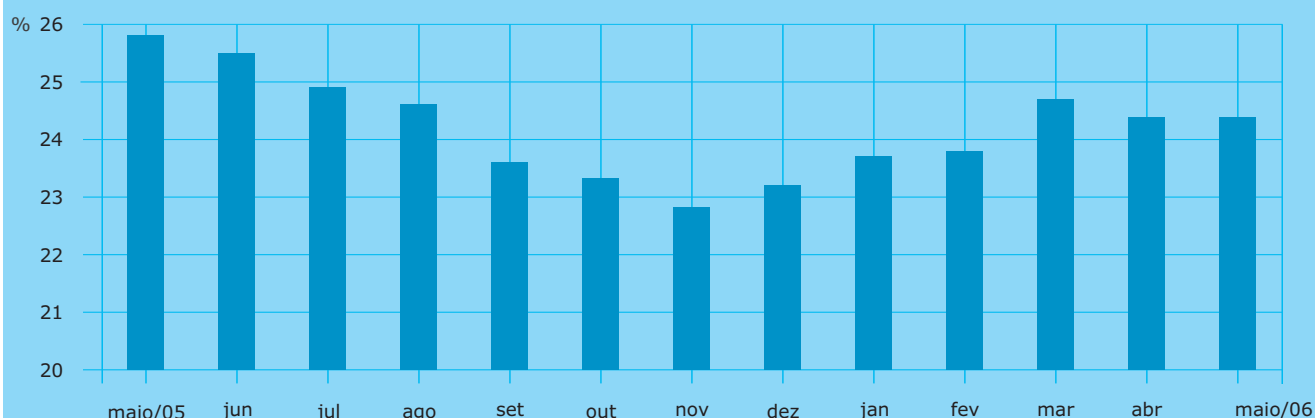


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 65,6% para a categoria de produtos básicos, nos últimos 12 meses, representando, no período, crescimento das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram crescimento de 37,6% nas vendas. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.



A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de abril de 2006, crescimento de 15,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 601.722 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumulou aumento de 3,1% nos últimos 12 meses, enquanto em março a taxa registrada era de 1,5% negativa. No ano, a arrecadação total foi de R\$ 2.388.676 bilhões.

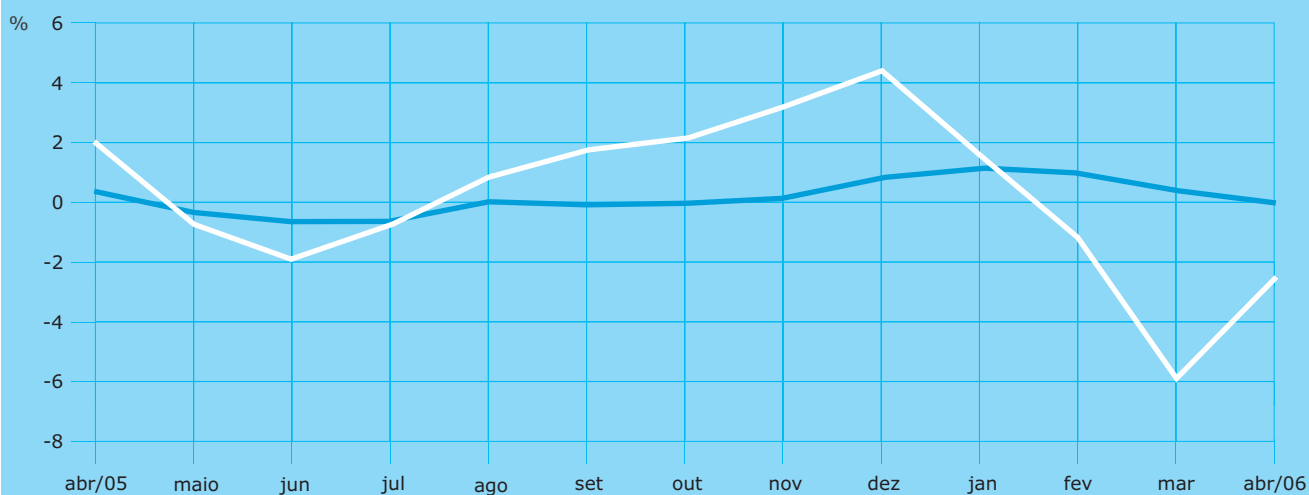
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

No mês de maio/06, a Taxa de Desemprego da RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), manteve-se estável em relação a abril/06, sendo estimada em 24,4% da População Economicamente Ativa (PEA). Esse resultado é explicado pela compensação entre a eliminação de postos de trabalho (redução de 10 mil) e o arrefecimento da demanda por trabalho, com redução de 13 mil pessoas na PEA, nesse período.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE
/SEADE Elaboração: CAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou redução de 2,62% em abril de 2006, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se estabilidade; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em abril de 2006 a R\$ 745.

Quanto e como se ganha e se gasta no cotidiano das famílias baianas: explorando alguns dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares para a Bahia (POF) 2002-2003

Jorge Tadeu Dantas Caffé*

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) tornou possível identificar e conhecer o que as famílias baianas têm por hábito demandar, de acordo com seus rendimentos. Foram pesquisados 2.228 domicílios, representativos de 3.418.174 famílias estratificadas em dez classes de rendimentos, com seus equivalentes em salário mínimo da época da pesquisa (R\$200,00), segundo sua posição na estrutura de renda e a natureza dos rendimentos, que, em última análise, determinam o potencial de demanda.

O presente artigo encontra-se estruturado em duas seções. Na seção 1, denominada *Quanto e como se ganha o rendimento*, são analisados os dados referentes aos rendimentos auferidos pelas famílias baianas. Na seção 2, intitulada *Quanto e como se gasta o rendimento*, são analisadas as despesas realizadas por essas famílias, condicionadas pela magnitude e natureza dos rendimentos recebidos. As *Considerações Finais* encerram a exposição.

Quanto e como se ganha o rendimento

Em termos esquemáticos, constata-se que há uma forte concentração de rendimentos nos extremos de classes, isto é, na classe de menor rendimento (até R\$ 400,00 ou 2 salários mínimos) são 30,12% ou 1.029.503

famílias, incluindo-se as famílias sem rendimentos. Na classe de maior ganho (mais de R\$ 6.000,00 ou mais de 30 salários mínimos), apenas 2,76% ou 94.319 famílias auferem esse valor médio mensal.

Além dessas duas classes de rendimentos, de forte assimetria entre si, existem ainda oito classes de rendimentos intermediários fixadas pela POF, que são integradas pelos contingentes de famílias da “massa trabalhadora” (mais de R\$ 400,00 a R\$1.000,00), representando 37,82%, e da controversa classe média¹ em seus variados matizes: a “baixa classe média” (percebendo mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00), equivalendo a 23,95%, e “média classe média” (auferindo mais de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00), expressando 5,35%, as quais podem ser visualizadas na Tabela 1 e no Gráfico 1, a seguir.

No que diz respeito aos tipos de origem dos rendimentos médios mensais das famílias baianas, ou como elas “ganham à vida”, a Tabela 2 apresenta valores absolutos e relativos das diferentes modalidades de remuneração. Assim, a maior parte dos rendimentos (60,02%) é oriunda do trabalho, nas condições de empregado (40,16%), empregador

* Analista Técnico da SEPLAN/SEI.

¹ Trata-se, como é sabido, de um conceito pouco rigoroso e que encerra múltiplas ambigüidades, porém muito utilizado em pesquisas sobre o potencial do consumidor.

Tabela 1
Características das famílias, por classes de rendimentos monetários e não monetários mensais familiares: Bahia, 2002/2003

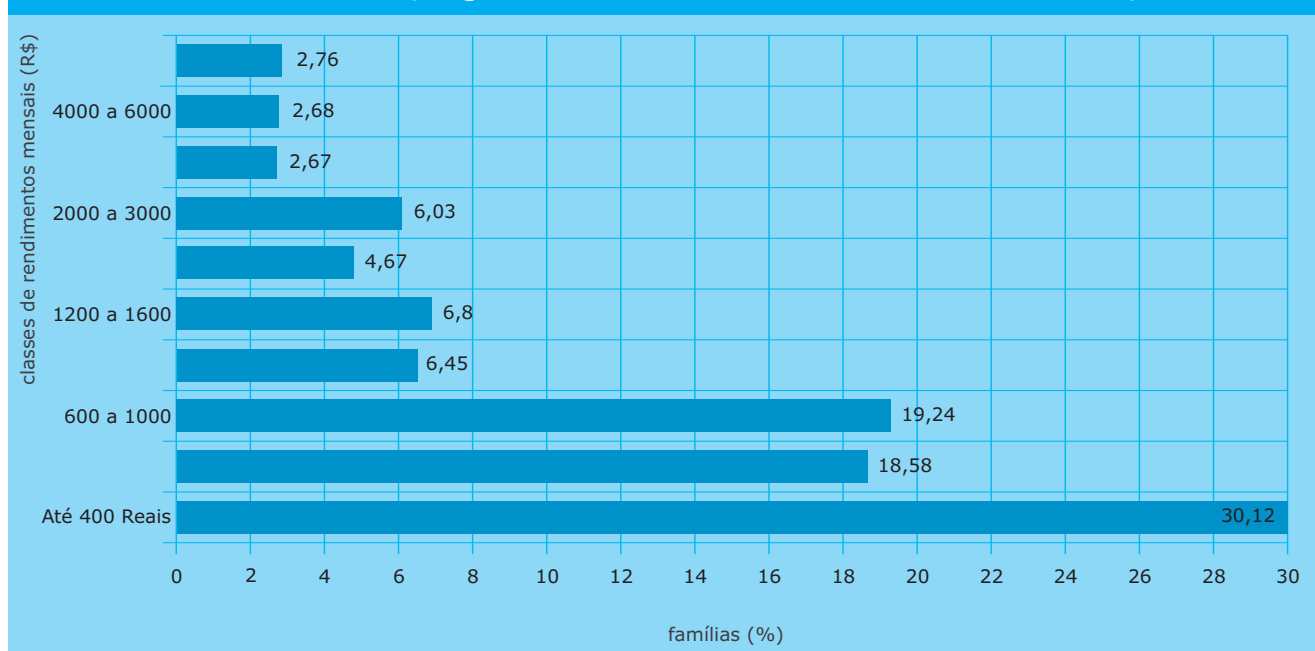
Classes de Rendimentos Monetários e Não Monetários Mensais Familiares		Características das Famílias		
Em Real (R\$)	Em Salário Mínimo (SM)**	Nº de Famílias (Valor Absoluto)	Nº de Famílias (%)	Tamanho Médio das Famílias
Até 400*	Até de 2	1.029.503	30,12	3,42
Mais de 400 a 600	Mais de 2 a 3	634.826	18,58	3,88
Mais de 600 a 1000	Mais de 3 a 5	657.777	19,24	4,13
Mais de 1000 a 1200	Mais de 5 a 6	220.515	6,45	4,32
Mais de 1200 a 1600	Mais de 6 a 8	232.607	6,8	4,19
Mais de 1600 a 2000	Mais de 8 a 10	159.637	4,67	4,19
Mais de 2000 a 3000	Mais de 10 a 15	206.349	6,03	4,42
Mais de 3000 a 4000	Mais de 15 a 20	91.197	2,67	4,28
Mais de 4000 a 6000	Mais de 20 a 30	91.444	2,68	4,23
Mais de 6000	Mais de 30	94.319	2,76	4,2
Total		3.418.174	100	3,92

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

* Inclusive Sem Rendimento.

** Considerou-se o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) vigente em 15 de janeiro de 2003, data referencial da POF.

Gráfico 1
Características das Famílias, Segundo as Classes de Rendimentos Mensais: Bahia, 2002- 2003



(7,98%) e autônomo / conta própria (11,88%), segundo detalhamento da POF-IBGE (2002-2003).

Em segundo lugar, com 16,33%, aparece a condição de famílias que têm seus ganhos oriundos de rendimentos não monetários. A terceira posição diz respeito às transferências, representando 15,06% dos rendimentos totais das famílias, provenientes, sobretudo, de aposentadorias públicas (10,45%), seguidas das

pensões alimentícias, mesadas ou doações (1,74%) – identificadas como fluxos interfamiliares de rendimentos, das transferências transitórias (1,35%), das bolsas de estudos (0,81%) e aposentadorias privadas (0,71%), segundo detalhamento da POF-IBGE (2002-2003).

Por último, os rendimentos provenientes de aluguel, de bens imóveis e móveis, e outros rendimentos, compreendendo vendas esporádicas, empréstimos, aplicação

Tabela 2
Tipos de origem dos rendimentos médios mensais familiares, por classes de rendimentos monetários e não monetários mensais familiares: Bahia, 2002 - 2003

Classes de rendimentos mensais familiares (R\$)	Tipos de origem do rendimento médio mensal familiar (R\$)									
	Rendimento do trabalho	%	Transfê-rencia	%	Rendimento de aluguel	%	Outros rendimentos	%	Rendimento não monetário	%
Até 400*	107,65	41,38	64,31	24,72	0,36	0,14	3,4	1,31	84,4	32,45
Mais de 400 a 600	232,1	47,33	123,91	25,27	2,79	0,57	9,23	1,88	122,37	24,95
Mais de 600 a 1000	408,9	53,26	154,44	20,12	6,11	0,8	20,04	2,61	178,28	23,22
Mais de 1000 a 1200	684,19	63,22	147,21	13,6	10,32	0,95	26,26	2,43	214,22	19,8
Mais de 1200 a 1600	842,6	62,25	207,63	15,34	16,14	1,19	54,35	4,02	232,96	17,21
Mais de 1600 a 2000	1.248,98	70,25	179,09	10,07	28,5	1,6	35,76	2,01	285,55	16,06
Mais de 2000 a 3000	1.622,06	68,05	280,47	11,77	22,34	0,94	116,09	4,87	342,7	14,38
Mais de 3000 a 4000	2.270,11	67,47	453,3	13,47	39,58	1,18	193,9	5,76	408	12,13
Mais de 4000 a 6000	3.492,56	71,91	502,11	10,34	87,05	1,79	211,15	4,35	563,7	11,61
Mais de 6000	6.169,20	56,6	1.384,52	12,7	349,62	3,21	1.974,26	18,11	1.021,19	9,37
Média	736,17	60,02	184,75	15,06	19,28	1,57	85,97	7,01	200,3	16,33

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

* Inclusive Sem Rendimento.

de capital e outros, apresentam as menores contribuições na composição dos rendimentos médios das famílias baianas, 1,57% e 7,01%, respectivamente.

Quanto e como se gasta o rendimento

Sob a ótica da estrutura e distribuição das despesas totais² mensais, as famílias baianas mais pobres, que ga-

nham até R\$ 400,00, destinam 97,54% para as despesas correntes, 2,15% para o aumento do ativo, que é traduzido pela possibilidade de despesas com aquisição de imóvel, ou a reforma de imóvel e outros investimentos, e apenas 0,31% para a diminuição do passivo familiar mensal, que se referem àqueles gastos com o pagamento de carnês, empréstimos e prestações do imóvel.

² As despesas totais se constituem de despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo.

Tabela 3
Despesa total média familiar, por classes de rendimentos monetários e não monetários mensais familiares: Bahia, 2002 - 2003

Classes de rendimentos mensais familiares (R\$)	Despesa total média mensal familiar (R\$)							
	Despesas correntes	%	Aumento do Ativo	%	Diminuição do Passivo	%	Total	%
Até 400*	396,30	97,54	8,73	2,15	1,27	0,31	406,30	100,00
Mais de 400 a 600	635,87	97,50	14,31	2,19	1,97	0,30	652,15	100,00
Mais de 600 a 1000	872,13	96,25	26,64	2,94	7,30	0,81	906,07	100,00
Mais de 1000 a 1200	1.129,86	90,18	112,88	9,01	10,22	0,82	1.252,96	100,00
Mais de 1200 a 1600	1.381,72	95,67	49,29	3,41	13,20	0,91	1.444,21	100,00
Mais de 1600 a 2000	1.637,45	94,81	69,96	4,05	19,67	1,14	1.727,07	100,00
Mais de 2000 a 3000	2.282,84	91,25	151,29	6,05	67,62	2,70	2.501,75	100,00
Mais de 3000 a 4000	3.523,71	95,04	76,45	2,06	107,30	2,89	3.707,46	100,00
Mais de 4000 a 6000	3.834,05	94,70	123,27	3,04	91,36	2,26	4.048,67	100,00
Mais de 6000	8.636,17	90,37	794,98	8,32	125,81	1,32	9.556,96	100,00
Média	1.221,37	93,98	60,72	4,67	17,49	1,35	1.299,58	100,00

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

* Inclusive Sem Rendimento.

Por outro lado, as famílias baianas mais bem aquinhoadas de renda, que percebem mais de R\$ 6.000,00, têm suas despesas correntes mensais em torno de 90,37%, aumento de ativo de 8,32% e diminuição de passivo de 1,32%. Essas famílias gastam relativamente menos em despesas correntes e mais no aumento do ativo e na diminuição do passivo, acumulando, portanto, mais bens patrimoniais e bens duráveis de consumo. Em termos comparativos, as famílias situadas na faixa de rendimento médio mensal de mais de R\$ 6.000,00, embora gastem relativamente menos em despesas correntes, desembolsam 21,8 vezes mais que as famílias que auferem em média até R\$ 400,00 mensais na Bahia (Tabela 3).

De acordo com o conceito adotado na Pesquisa de Orçamentos Familiares³, as despesas correntes são compostas por dois tipos de gastos:

1. despesas de consumo, constituídas por alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas;

2. outras despesas correntes, integradas por impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras.

As despesas de consumo representam a maior parcela dentre os componentes formadores da estrutura de despesas das famílias baianas, atingindo uma média mensal de 86,07% da despesa total. Em valores absolutos, a faixa de rendimento familiar de mais de R\$ 6.000,00 apresenta

As despesas de consumo representam a maior parcela dentre os componentes formadores da estrutura de despesas das famílias baianas

gastos com consumo mensal em torno de R\$ 7.251,71 ou 75,88%, ao passo que a faixa de rendimento até R\$ 400,00 figura com gastos de consumo mensal da ordem de R\$ 389,74 ou 95,93%. Entretanto, à medida que aumentam os rendimentos médios das famílias, diminuem, em termos relativos, os valores dessas despesas ou sua propensão para o consumo.

Expressando um comportamento contrário ao observado para as despesas de consumo, a categoria “outras despesas correntes”, equivalente apenas a 7,92% do total das despesas correntes, apresenta uma relação unívoca, isto é, à medida que aumentam as classes dos rendimentos médios familiares, aumentam também os desembolsos com essas despesas, sobretudo àquelas destinadas ao pagamento de impostos (2,81%), contribuições trabalhistas (2,08%) e pensões, mesadas e doações (1,64%), além dos serviços bancários, previdência privada e outras, segundo detalhamento da POF-IBGE (2002-2003) (Tabela 4).

³ Ver glossário de termos utilizados pela POF 2002-2003 no final deste artigo.

Tabela 4
Despesas correntes médias mensais familiares, por classes de rendimentos monetários e não monetários mensais familiares: Bahia, 2002 - 2003

Classes de rendimentos mensais familiares (R\$)	Despesas correntes - média mensal familiar (R\$)					
	Despesa de Consumo	%	Outras Despesas Correntes	%	Total	%
Até 400*	389,74	95,93	6,56	1,61	396,3	97,54
Mais de 400 a 600	619,61	95,01	16,26	2,49	635,87	97,5
Mais de 600 a 1000	839,29	92,63	32,84	3,62	872,13	96,25
Mais de 1000 a 1200	1.064,19	84,93	65,67	5,24	1.129,86	90,18
Mais de 1200 a 1600	1.278,47	88,52	103,25	7,15	1.381,72	95,67
Mais de 1600 a 2000	1.484,65	85,96	152,81	8,85	1.637,45	94,81
Mais de 2000 a 3000	2.078,43	83,08	204,41	8,17	2.282,84	91,25
Mais de 3000 a 4000	3.185,88	85,93	337,83	9,11	3.523,71	95,04
Mais de 4000 a 6000	3.325,96	82,15	508,09	12,55	3.834,05	94,7
Mais de 6000	7.251,71	75,88	1.384,47	14,49	8.636,17	90,37
Média	1.118,50	86,07	102,86	7,92	1.221,37	93,98

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

* Inclusive Sem Rendimento.

Analisando a participação dos gastos médios mensais dos diferentes componentes das despesas de consumo, observa-se que os gastos familiares são majoritariamente comprometidos com o trinômio: habitação (26,51%), alimentação (22,53%) e transporte (14,13%), que, em conjunto, representa um gasto relativo da ordem 63,17%.

A despesa com habitação se constitui no item que mais pesa no orçamento familiar, representando, em média, mais de ¼ do total das despesas de consumo. Estão incluídas neste item, as despesas de aluguel – que figura com o maior percentual de gasto (12,13%) – serviços e taxas, contas de consumo (água e esgoto, eletricidade, gás e telefone), manutenção do lar, artigos de limpeza, mobiliários e eletrodomésticos, entre outras.

As despesas com alimentação ocupam a segunda posição nos gastos de consumo das famílias baianas,

sendo distinguidas quanto ao local de sua realização, isto é, se dentro ou fora do domicílio, e segundo as faixas de rendimentos. Se realizadas dentro do domicílio elas representam, em média, 75,59%, se fora do domicílio, 24,41%. As despesas do consumo médio de alimentos diminuem relativamente, à medida que os rendimentos familiares são mais elevados. Assim, quanto maior o rendimento familiar maior também o hábito de consumo de alimentos fora do domicílio.

A despesa com transporte (14,13%), que representa o terceiro maior dispêndio mensal das famílias baianas, tem, nas aquisições de veículos (4,97%), nas passagens urbanas de coletivos (3,39%) e na aquisição de gasolina (2,20%), seus mais expressivos itens de dispêndios.

As demais despesas de consumo mensais das famílias baianas, seguindo uma ordem de grandeza, são: ves-

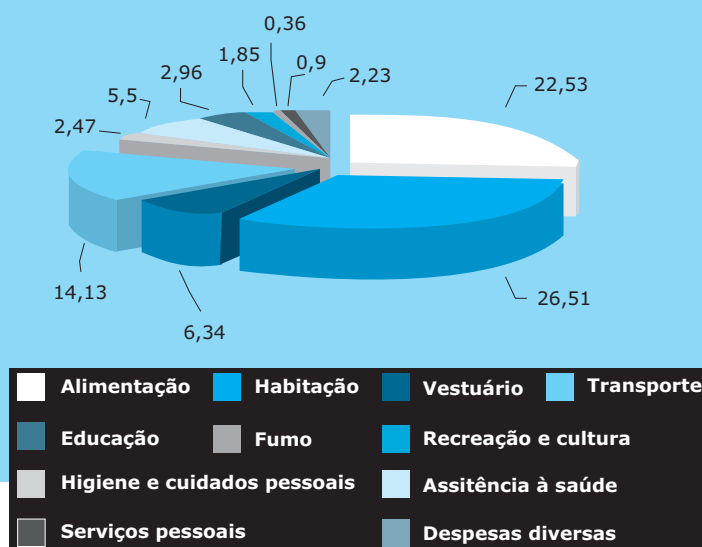
Tabela 5
Despesas de consumo médio mensal familiar, por classes de rendimentos monetários e não monetários mensais familiares: Bahia, 2002 - 2003

Classes de rendimentos mensais familiares (R\$)	Despesas consumo - média mensal familiar (R\$)					
	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene e cuidados pessoais	Assistência à saúde
Média	292,85	344,53	82,39	185,97	32,11	71,44
Até 400*	153,83	131,06	22,85	39,87	10,47	13,12
Mais de 400 a 600	227,41	195,85	42,0	67,48	17,52	32,41
Mais de 600 a 1000	276,2	271,98	64,82	98,52	27,2	45,66
Mais de 1000 a 1200	316,68	350,97	94,44	105,75	40,24	61,36
Mais de 1200 a 1600	375,06	404,09	103,58	163,21	45,05	82,32
Mais de 1600 a 2000	404,01	463,39	125,82	218,65	43,52	88,83
Mais de 2000 a 3000	508,06	653,17	155,01	336,99	65,97	148,07
Mais de 3000 a 4000	603,95	832,22	226,55	791,4	89,09	247,14
Mais de 4000 a 6000	556,36	1.030,96	254,1	649,41	88,61	253,08
Mais de 6000	893,24	2.005,81	508,1	2.011,50	146,44	604,65
Classes de rendimentos mensais familiares (R\$)	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas	Total
Média	38,5	25,38	4,66	11,67	29,0	1.118,50
Até 400*	3,77	4,28	2,69	2,39	5,43	389,74
Mais de 400 a 600	8,84	7,4	4,25	4,75	11,7	619,61
Mais de 600 a 1000	12,84	11,65	5,06	7,54	18,28	839,29
Mais de 1000 a 1200	27,14	22,06	5,46	14,4	25,68	1.064,19
Mais de 1200 a 1600	35,3	20,38	2,68	14,56	32,34	1.278,47
Mais de 1600 a 2000	33,22	34,84	5,51	21,0	45,86	1.484,65
Mais de 2000 a 3000	74,5	52,93	6,53	23,67	53,52	2.078,43
Mais de 3000 a 4000	152,71	91,34	6,8	31,36	113,31	3.185,88
Mais de 4000 a 6000	219,7	118,29	16,07	40,26	99,12	3.325,96
Mais de 6000	477,34	262,34	10,52	86,11	245,65	7.251,71

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

* Inclusive Sem Rendimento.

Gráfico 2
Distribuição percentual das despesas médias mensais familiares de consumo,
por componentes: Bahia, 2002 - 2003



tuário (6,34%), destacando neste grupo as despesas com confecções femininas, masculinas e calçados; assistência à saúde (5,50%), que tem seus principais gastos dirigidos para a aquisição de remédios e planos e seguros de saúde; educação (2,96%), que tem seu gasto basal dirigido para os cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio); higiene e cuidados pessoais (2,47%), compreendendo gastos principalmente com perfumes, produtos para cabelos e sabonete; despesas diversas (2,23%), compreendendo gastos com jogos e apostas, festas e cerimônias, serviços profissionais etc.; recreação e cultura (1,95%), que figura o seu principal gasto em diversões e esportes; serviços pessoais (0,90%), voltados primordialmente para cabeleireiro, manicuro e pedicuro; e fumo (0,36%), envolvendo gastos com cigarros, charutos, fumo para cachimbo e outros artigos para fumantes (Gráfico 2).

Considerações finais

O presente artigo procurou fornecer algumas contribuições para a compreensão do comportamento dos gastos das famílias baianas e de suas fontes de rendimentos mensais, a partir da análise dos dados disponíveis na POF 2002-2003 do IBGE, para a Bahia. Esses dados constituem uma importante base ainda muito pouco explorada.

Ficaram evidenciados os seguintes aspectos gerais sobre os rendimentos e as despesas das famílias baianas:

- existe uma forte concentração de rendimentos nos extremos de classes das famílias;
- a maior parte dos rendimentos provém da remuneração do fator trabalho, principalmente dos assalariados (empregados) e autônomos (por conta própria);
- a segunda mais importante fonte de recursos provém dos rendimentos não monetários, compreendendo: produção própria, retirada do negócio, troca, doações, pagamentos em espécie, entre outros;
- as transferências, sobretudo as aposentadorias, se constituem na terceira mais importante fonte de recursos familiares;
- a diferença na proporção das despesas correntes e da capacidade de poupança (aumento de ativo e diminuição de passivo) traduz simultaneamente a posição socioeconômica ocupada pelas famílias na estrutura social e sua inserção no mercado de consumo;
- as despesas de consumo representam a maior parcela dentre todos os gastos das famílias;
- à medida que se elevam os rendimentos das famílias, diminuem, em termos relativos, os valores das despesas de consumo ou a propensão para o consumo;
- à medida que se elevam os rendimentos das famílias, aumentam as despesas com impostos, contri-

buições trabalhistas e pensões, mesadas e doações, serviços bancários, previdência privada;

- a despesa com habitação se constitui no item que mais pesa no orçamento familiar, representando 26,51% do total das despesas de consumo;
- as despesas com alimentação (22,53%) ocupam a segunda posição nos gastos de consumo das famílias;
- quanto maior o rendimento familiar, maior também o hábito de consumo de alimentos fora do domicílio;
- a despesa com transporte (14,13%) representa o terceiro maior dispêndio mensal das famílias;
- o gasto médio mensal com fumo, muitas vezes, significa a renúncia do consumo de bens essenciais à família.

Referências

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/pof> >. Acesso em: 07 mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 03 mar. 2006.

ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br> >. Acesso em: 02 mar. 2006.

Glossário dos principais termos utilizados na POF 2002-2003

Domicílio – unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias. É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, em que sejam satisfeitas as condições de separação e independência de acesso.

Família – o termo é considerado equivalente a unidade de consumo.

Unidade de Consumo – unidade básica de investigação e análise dos orçamentos familiares. A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Tamanho Médio da Unidade de Consumo (ou Tamanho Médio da Família) – definido como a razão entre valor estimado da população no total e valor estimado do número de unidades de consumo no total. A mesma definição se aplica para o tamanho médio da unidade de consumo em cada classe de rendimento.

Rendimento Monetário – todo e qualquer tipo de ganho monetário recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações. O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Rendimento Não-Monetário – parcela equivalente a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado.

Despesas Monetárias – são aquelas efetuadas por meio de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas Não-Monetárias – correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado.

Despesa Total – inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e também as despesas não-monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel. Com-

põem a despesa total todas as despesas monetárias e não-monetárias correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas Correntes – incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de Consumo – correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas.

Outras Despesas Correntes – correspondem a despesas com impostos pagos, tais como: imposto sobre

propriedade de imóveis, imposto de renda, imposto sobre serviços, imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo, além das contribuições trabalhistas (previdência pública e associação de classe na qual está incluído o imposto sindical), serviços bancários, pensões, mesadas, doações e previdência privada, entre outras.

Aumento do Ativo – corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como, por exemplo, títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras aquisições similares.

Diminuição do Passivo – corresponde a despesas com pagamentos de débitos com empréstimos pessoais e carnê de mercadorias. Estão incluídas também as dívidas judiciais e prestação de imóvel. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clic**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



A economia internacional dá sinais de desaceleração. Mesmo que ainda incipientes...

Rodnei Fagundes Dias*

Ivan Tiago Machado Oliveira**

Conforme apontam os dados para as grandes economias do planeta, após três anos de políticas geralmente expansionistas, os *policy makers* parecem adotar uma estratégia de crescimento sustentado e, principalmente, de controle da inflação. As taxas de juros foram elevadas nos Estados Unidos da América (EUA), Europa e Ásia em resposta ao risco de um aumento inflacionário.

Espera-se um crescimento robusto da economia mundial em 2006: 4,7% para o conjunto do planeta. Enquanto a China crescerá 9,5%, os EUA cresceriam 3,6% e o Japão crescerá 3%, apesar de todas as incertezas com respeito à principal *commodity* do mundo: o petróleo.

O preço do barril de referência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – de 159 litros – registrou o recorde de US\$ 68,37 no início de maio. Desde então, o preço do barril caiu para US\$ 63,02, no último dia 16 de junho. Em maio, a média foi de US\$ 65,11, quase US\$ 20 mais caro que a média registrada em maio de 2005 (US\$ 46,96). Em um ano, o preço da *commodity* subiu 38,64%. Entretanto, os estoques de petróleo dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) chegaram, em abril, ao nível mais alto dos últimos 20 anos, conforme divulgou a Agência Internacional de Energia (IEA).

Além disso, um estudo recente realizado pela Administração de Informações de Energia (EIA), órgão do governo dos EUA, prevê que o consumo de energia deve crescer 71% entre 2003 e 2030, puxado principalmente pela demanda mais forte na China e na Índia. Ao mesmo tempo, até 2025, os preços do petróleo devem subir 35%.

Em meio a esse cenário de turbulências e incertezas internacionais, esse relatório tentará abordar as princi-

pais questões a respeito da economia dos principais países que compõem o globo.

China

O Produto Interno Bruto chinês cresceu 10,3% no primeiro trimestre, na comparação com igual período do ano passado. Um dos responsáveis por esse crescimento substancial é o aumento dos investimentos estrangeiros no país.

Os investimentos estrangeiros na China atingiram os US\$ 72,4 bilhões em 2005, conforme informou o vice-ministro do Comércio do país, Ma Xiuhong. Esse é um valor muito superior aos US\$ 60,3 bilhões anunciados anteriormente pelo governo chinês e se deveu basicamente aos investimentos em serviços financeiros.

A expansão da economia chinesa pode ser constatada também a partir do desempenho das vendas no varejo. Em maio, estas se expandiram em 14,2% na comparação anual, o ritmo mais expressivo em 17 meses.

Tal incremento foi associado ao gasto maior com veículos, móveis e eletrônicos. No mês de abril, foi registrada uma alta de 13,6% no volume de vendas no ramo varejista em comparação com 2005. De janeiro a maio, os comerciantes chineses registraram vendas 13,2% maiores em relação a mesmo período do exercício passado, conforme dados oficiais. A produção industrial chinesa cresceu 17,9% em maio,

* Mestrando em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). rodnei@ufba.br

** Graduando em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). ivantiagomachado@hotmail.com

A China vem buscando construir inúmeros acordos com países da África e da América Latina, a fim de expandir a cooperação nas áreas de comércio e energia

na comparação anual, o que mostra a pujança da economia asiática.

Além disso, a China vem buscando construir inúmeros acordos com países da África e da América Latina, a fim de expandir a cooperação nas áreas de comércio e energia. Muitos analistas têm interpretado esses acordos como uma tentativa do governo chinês de garantir o provimento de recursos naturais necessários para a continuação do ritmo de crescimento de sua economia.

Na tentativa de conter a acelerada expansão do crédito e sua conseqüente ameaça à inflação, o Banco Central da China anunciou este mês um aumento de 0,5 ponto percentual dos depósitos compulsórios das instituições bancárias. Desta forma, será de 8% a reserva exigida para a maioria dos bancos comerciais chineses – incluindo aqueles controlados pelo estado – para depósito junto à autoridade monetária.

Para o governo chinês, dentre os principais problemas das atuais operações financeiras realizadas no país, a disparada no aumento do crédito é um dos mais graves. Além disso, o crescimento excessivo nos investimentos em ativos fixos tem preocupado as autoridades chinesas. Medidas como o controle de crédito e o aumento da oferta de terrenos para conter os investimentos em ativos fixos devem ser tomadas nos próximos meses pelo governo chinês, a fim de conter tais incertezas.

A despeito de o índice de preços ao consumidor estar relativamente baixo, a aceleração no crescimento do crédito poderá estimular o aquecimento econômico e gerar risco de inflação, como destacou o BC chinês em nota oficial. Pelos cálculos do governo chinês, a elevação do depósito compulsório em 0,5 ponto percentual deve enxugar, no curto prazo, algo em torno de 150 bilhões de yuans em liquidez (aproximadamente US\$ 19 bilhões). Essa medida sucede um

acréscimo de 0,27 ponto percentual da taxa de juro do país, anunciado em abril, que passou de 5,58% para 5,85% ao ano.

Ao que tudo indica, Pequim está prestes a reorientar sua economia para que dependa menos de investimentos e exportações e mais do consumo pessoal. Assim, o país seria menos vulnerável a choques externos e conflitos comerciais.

Apesar disso, a China registrou, em maio, superávit comercial recorde, de US\$ 13 bilhões, US\$ 2,5 bilhões superior ao registrado em abril. O recorde anterior era o de outubro de 2005, quando o saldo comercial chinês havia alcançado US\$ 12 bilhões. O crescimento de 25,1%, registrado pelas exportações chinesas no mês passado em comparação com igual período do ano anterior, tem minado os esforços do governo local para controlar a inflação, pois tem injetado excessivas quantidades de recursos no país. De acordo com dados oficiais, em maio, os preços ao consumidor subiram 1,4% em relação ao mesmo mês de 2005, maior alta dos últimos quatro meses. As importações, por sua vez, cresceram 21,7% no mesmo período.

A China registrou, em maio, superávit comercial recorde, de US\$ 13 bilhões, US\$ 2,5 bilhões superior ao registrado em abril. O recorde anterior era o de outubro de 2005, quando o saldo comercial chinês havia alcançado US\$ 12 bilhões

As exportações chinesas alcançaram US\$ 73,11 bilhões em maio e as importações se elevaram para US\$ 60,11 bilhões, segundo dados oficiais. Nos cinco primeiros meses deste ano, o superávit do país já é de US\$ 46,8 bilhões, contra US\$ 30 bilhões registrados no mesmo período de 2005.

A valorização do yuan poderia ajudar a reduzir o desequilíbrio entre exportações e importações e ainda acalmaria os ânimos norte-americanos, que desejam reduzir seu déficit comercial com a China. Segundo os EUA, a China mantém artificialmente em baixa a cotação de sua moeda, o que beneficia a exportação de seus produtos.

Japão

A economia japonesa expandiu-se 0,8% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre do ano anterior, e não 0,5% como calculado inicialmente, informou o governo do país. As autoridades japonesas indicaram também que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa anualizada de 3,1% entre janeiro e março. A projeção original era de um incremento de 1,9% no período.

A economia japonesa expandiu-se 0,8% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre do ano anterior, e não 0,5% como calculado inicialmente

Os preços no atacado japoneses saltaram 3,3% em maio na comparação anual, conforme informações do Banco do Japão (BOJ). Essa alta foi a mais acentuada desde março de 1981. Na passagem de abril para maio, o indicador avançou 0,7%. Em maio, os preços dos produtos petrolíferos e do carvão saltaram 20,6% e os dos metais não-ferrosos cresceram 63,4%. Já os preços dos equipamentos e máquinas elétricas cederam 2,4%.

Apesar dessa significativa elevação dos preços no atacado registrada em maio, o Banco Central do Japão (BOJ) manteve a taxa de juros básica do país em zero. Segundo a autoridade monetária, a retomada da economia japonesa ainda é frágil, assim como a situação econômica mundial. Dessa forma, seria prematuro colocar obstáculos à expansão da atividade econômica no Japão neste momento.

União Européia

A economia da União Européia parece apontar para um ano de retomada no crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro cresceu 0,6% no primeiro trimestre em relação aos três meses anteriores. Na União Européia, houve expansão de 0,7% entre janeiro e março, sucedendo um avanço de 0,4% registrado no trimestre final de 2005, conforme dados preliminares da Eurostat.

Em relação ao primeiro trimestre de 2005, a Zona do Euro apresentou uma expansão de sua economia de 1,9%, enquanto o bloco Europeu ampliou-se em 2,2%. Em comparação ao trimestre imediatamente anterior, o crescimento observado foi de 1,7% e 1,9%, respectivamente. A Itália, uma das principais economias da região, apresentou um crescimento do PIB de 0,6% no primeiro trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior e expandiu-se 1,5% na comparação com o mesmo período de 2005.

Para o Instituto de Estatísticas da Universidade de Kiel – Institut für Wirtschaft (IFW) –, o PIB da Alemanha, a principal economia da Zona do Euro, deve crescer 2,1% em 2006, a despeito da desvalorização do dólar e do aumento nos preços do petróleo. O IFW prevê ainda uma desaceleração bastante acentuada no ritmo de alta do PIB para 2007, com expectativa de que a economia alemã cresça apenas 1,2%. Os motivos apontados para a redução pela metade no ritmo de expansão econômica são um ambiente externo menos favorável e, especialmente, os efeitos do aumento nos impostos do país, aprovados neste ano – aumento na alíquota do imposto sobre valor agregado (VAT) de 16% para 19% a partir de janeiro de 2007. Esse aumento nos impostos pode vir a sepultar a ainda incipiente retomada econômica do país.

Não obstante esse bom resultado, a produção industrial da Zona do Euro apresentou uma queda de 0,6% em abril, na comparação com março. Para todos os países que compõem a União Européia, a queda foi de 0,1%. Entretanto, na comparação anual, a produção cresceu 1,9% e 2,1%, respectivamente, segundo dados divulgados pela Eurostat.

Não obstante esse bom resultado, a produção industrial da Zona do Euro apresentou uma queda de 0,6% em abril, na comparação com março

No mês de abril, o melhor desempenho foi o da Irlanda, onde a produção aumentou em 7,6%, seguido por Luxemburgo (2%), Suécia (1,2%) e Finlândia (1%). As maiores retrações foram verificadas em Portugal (-5,6%), Lituânia (-5%), República Tcheca (-2,4%) e Grécia (-2,1%). Na comparação com o mesmo mês

de 2005, a maior variação positiva foi verificada em Luxemburgo (11,6%), seguida pela Irlanda (10,6%). Já as maiores quedas foram registradas em Portugal (-3,1%) e Itália (-2,6%).

Apesar da retração na atividade industrial, a taxa de desemprego na Zona do Euro se manteve estável em 8% no mês de abril, na comparação com março, já considerando ajuste sazonal. Quando comparada ao mesmo mês de 2005, a taxa de desemprego na Zona do Euro apresentou retração de 0,7 ponto percentual. Na União Européia como um todo, a taxa foi de 8,3% em abril (também estável em relação a março) e 0,9 ponto percentual abaixo do mesmo mês de 2005, conforme dados da *Eurostat*.

As maiores taxas de desemprego nos países da União Européia em abril foram verificadas na Polônia (16,5%) e na Eslováquia (15,5%). Entre os países que compõem a Zona do Euro, Grécia (9,6%) e França (8,9%) são os que apresentam a maior taxa de desemprego, sendo que a taxa grega se refere ao último trimestre de 2005.

Na Zona do Euro, os preços ao consumidor subiram 2,5% em maio, em comparação com o mesmo mês de 2005, exibindo pouca diferença em relação aos 2,4% de alta apurados em abril

Já Holanda (3,8%) e Dinamarca (4,3%), são os países com as menores taxas de desocupação registrada em abril – apenas o primeiro é membro da Zona do Euro. As mais fortes retrações na comparação anual vieram da Estônia (que caiu de 8,3% para 5,1%), da Lituânia (saindo de uma taxa de desemprego de 9,2% para 6%), e da Holanda (de 4,9% para 3,8%). Os maiores aumentos relativos foram em Chipre (de 5,2% para 6,3%), Malta (de 7,3% para 8,5%), Luxemburgo (de 4,4% para 4,8%) e Reino Unido (de 4,6% para 5,1% entre fevereiro de 2005 e o mesmo mês deste ano).

Conforme dados da *Eurostat*, a inflação na Europa vem se acelerando. Na Zona do Euro, os preços ao consumidor subiram 2,5% em maio, em comparação com o mesmo mês de 2005, exibindo pouca diferença em relação aos 2,4% de alta apurados em abril.

Na União Européia como um todo, a taxa anual passou de 2,3% em abril para 2,4% em maio, também na comparação anual. Entre abril e maio, verifica-se alta nos preços da ordem de 0,3% na Zona do Euro e de 0,4% na União Européia.

As menores taxas de inflação registradas em maio, na comparação anual, ocorreram na Polônia (1,5%) e na Finlândia (1,7%). As maiores taxas foram observadas na Lituânia (7,1%) e na Eslováquia (4,8%). Entre os países membros da Zona do Euro, o índice mais alto veio da Espanha. O índice de preços ao consumidor espanhol subiu 0,4% em maio em relação a abril. Na base anual, o indicador apresentou uma elevação de 4,1% no mês de maio, depois de subir 3,9% em abril.

O Banco Central Europeu (BCE) elevou em junho a taxa básica de juro para a Zona do Euro em 0,25 ponto percentual, levando-a ao nível de 2,75%. Esta elevação pretende amenizar 'os riscos de alta para a estabilidade dos preços no médio prazo', conforme sustentou Jean-Claude Trichet, presidente do BCE. Trichet afirmou ainda que o aumento nos juros básicos levou em consideração a recente volatilidade no mercado financeiro, os altos níveis dos preços e os atuais riscos de pressões inflacionárias.

Com relação às transações internacionais, a Zona do Euro apresentou *déficit* em sua balança comercial no mês de abril deste ano, da ordem de € 2 bilhões, após registrar um saldo positivo de € 600 milhões em março e de € 1,6 bilhão em abril de 2005. Entre março e abril, as exportações cresceram 1,6%, somando € 107,8 bilhões, enquanto as importações cresceram 2%, para € 109,8 bilhões.

Analisando a União Européia como um todo, o *déficit* comercial atingiu € 14,8 bilhões em abril, após um saldo negativo de € 9,3 bilhões no mesmo mês de 2005 e de € 12,4 bilhões em março de 2006. De março a abril, as vendas externas declinaram 0,4%, alcançando € 90,4 bilhões, e as compras diminuíram 0,3%, ficando em € 105,2 bilhões, conforme divulgou o *Eurostat*. O desempenho ruim de países importantes como Reino Unido e Alemanha foram fundamentais para que a União Européia apresentasse tais resultados.

EUA

A economia americana continua crescendo, mas deve mostrar "sinais de desaceleração" já a partir do 2º se-

No primeiro trimestre, a economia americana cresceu a um ritmo anualizado de 5,3%, o maior valor dos últimos dois anos e meio

mestre. A previsão oficial para o crescimento do PIB gira em torno de 3,6%, número ligeiramente superior àquele divulgado em dezembro do ano passado, que previa um crescimento da ordem de 3,4%. No primeiro trimestre, a economia americana cresceu a um ritmo anualizado de 5,3%, o maior valor dos últimos dois anos e meio. As estimativas sugerem um crescimento mais modesto entre 2% e 3% já neste segundo trimestre. As projeções para os números sobre o desemprego apontam para uma taxa de 4,7% ao final de 2006, abaixo dos 5% registrados em 2005.

Depois de uma alta de 0,8% em abril, a produção industrial dos Estados Unidos recuou 0,1% em maio, configurando a primeira queda no ano. Nos últimos 12 meses, a produção da indústria norte-americana apresentou alta de 4,3%. Por sua vez, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), em maio, registrou alta de 0,4%, devido, em grande medida, às altas nos setores de habitação e combustíveis, conforme informações repassadas pelos órgãos oficiais. O núcleo do IPC, que exclui justamente os setores de combustíveis e alimentos, registrou alta de 0,3% pelo terceiro mês consecutivo. Os preços da energia subiram 2,4% em maio, no terceiro mês consecutivo de aumento acima de 1% no setor.

Reflexo disso é que no período de 12 meses encerrado em maio, o IPC foi de 4,2%, e seu núcleo ficou em 2,4%, maior taxa anualizada desde fevereiro de 2005. A estimativa da Casa Branca é de que o IPC encerre 2006 com alta de 3%, 0,6 ponto percentual acima da previsão realizada em dezembro último.

A estimativa da Casa Branca é de que o IPC encerre 2006 com alta de 3%, 0,6 ponto percentual acima da previsão realizada em dezembro último

A expectativa de boa parte dos analistas foi confirmada, haja vista que no último dia 29 de junho, o Banco Central dos Estados Unidos voltou a elevar a taxa básica de juros dos EUA em 0,25 ponto percentual, que atingiu 5,25% a.a. (11ª alta consecutiva). Apesar disso, os sinais transmitidos pelo presidente do FED, Ben Bernanke, ainda não estão sendo bem recebidos pelo mercado. Isso porque, segundo Stephen Roach, economista-chefe do Morgan Stanley:

[...] O legado de Greenspan é que os bancos centrais deveriam sempre dar apoio aos mercados. Bernanke tem um discurso diferente, ou seja, os bancos centrais devem realmente colocar a inflação como meta da política monetária, mesmo que isso tenha consequências dolorosas para os mercados. É uma tremenda diferença (SCHWARTZ, 2006).

Para este economista, o consumo na presente década vem puxando a economia americana, não em função do aumento da renda dos trabalhadores, que foi muito baixo, mas, principalmente, pelo efeito-riqueza oriundo da posse de ativos, em particular a propriedade de imóveis.

Como os consumidores norte americanos continuam com altos níveis de endividamento, a alta nos juros domésticos, a fim de frear a inflação, tanto geral como aquela vinculada aos preços dos ativos, pode arrefecer o apetite consumista, trazendo problemas para todo o globo, haja vista que os EUA figuram entre as principais economias do planeta, para o qual boa parte dos países destina quantidades significativas de suas exportações. Todavia, um reaquecimento da demanda interna em nações como China, Índia, Japão e Coreia do Sul, bem como na Zona do Euro, pode matizar os efeitos da desaceleração nos EUA.

Outro ponto gerador de incertezas e não menos importante é o *déficit* em conta corrente dos Estados Unidos. Esse valor, que indica quanto o país precisa tomar emprestado do mundo para fechar suas contas, saltou de US\$ 388,9 bilhões (3,8% do PIB), em 2001, para US\$ 791,5 bilhões (6,3% do PIB), em 2005. Nos primeiros quatro meses de 2006, a diferença entre o total exportado e o total importado alcançou US\$ 259,5 bilhões, em favor dos importados.

Apesar desses números, o *déficit* em conta corrente dos EUA se reduziu no primeiro trimestre de 2006, comparado com o último trimestre do ano passado, saindo de US\$ 223,1 bilhões para US\$ 208,7 bilhões.

Esses *déficits* na conta corrente americana vêm promovendo acumulação de reservas internacionais nos países superavitários, sobretudo os asiáticos. Tais reservas, em boa medida, são aplicadas em títulos do Tesouro americano, permitindo que os EUA sustentem taxas elevadas de crescimento e, com suas compras externas, mantenham aquecida também a atividade global.

O *déficit* fiscal dos Estados Unidos aumentou para US\$ 42,83 bilhões no mês de maio, contra US\$ 35,42 bilhões verificados no mesmo mês do ano passado – uma expansão de 20,9%

O *déficit* fiscal dos Estados Unidos aumentou para US\$ 42,83 bilhões no mês de maio, contra US\$ 35,42 bilhões verificados no mesmo mês do ano passado – uma expansão de 20,9%. Enquanto as receitas do período cresceram 26%, para US\$ 192,66 bilhões, os gastos atingiram US\$ 235,49 bilhões, com expansão de 25% ante o mês de maio do ano passado. Por outro lado, o *déficit* público, nos oito primeiros meses do ano fiscal de 2006 (que se iniciou em outubro de 2005), caiu 17%, para US\$ 226,97 bilhões, perante o mesmo intervalo do ano anterior.

Assim, a economia norte americana continua a mostrar sinais importantes no tocante à questão relacionada ao crescimento. Todavia, a persistência de *déficit* fiscal e em conta corrente pode trazer problemas de longo prazo para os americanos. A adoção do dólar americano como única moeda forte de reserva na economia mundial pode não se sustentar no futuro. Hoje o dólar é sustentado por maciças compras de títulos por parte do Japão, da China, da Coréia e de outros países.

Wallerstein (2006) destaca que é extremamente improvável que isso continue. Quando o dólar tiver uma queda drástica, os EUA vão perder a posição de comando sobre a riqueza mundial e a capacidade de ampliar seu *déficit* sem sofrer penalidades sérias e imediatas. Isso trará um influxo de novas moedas fortes de reserva, incluindo o euro e o iene.

Além disso, o fantasma da inflação que voltou a assombrar as autoridades americanas não pode ser deixado de lado, pois a nova subida em sua taxa de juros doméstica pode acarretar problemas para todos os países do globo. Particularmente para os países emergentes, que tenderiam a sofrer mais com essa subida dos juros americanos, uma vez que haveria uma redução no nível de liquidez internacional, gerando problemas tanto no balanço de pagamentos desses países (em função da redução do investimento estrangeiro) quanto na cotação de suas moedas nacionais.

Referências

CARDOSO, Juliana. Alta da taxa de juro servirá para garantir estabilidade de preços na eurozona, diz presidente do BCE. Valor Online, São Paulo, 08 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Alta+da+taxa+de+juro+servira+para+garantir+estabilidade+de+precos+na+eurozona+diz+presidente+do+BCE,,17,3731172.html> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Balança comercial da eurozona tem déficit de 2 bilhões de euros em abril. Valor Online, São Paulo, 19 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Balanca+comercial+da+eurozona+tem+deficit+de+2+bilhoes+de+euros+em+abril,,17,3745136.html> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Preços no atacado do Japão avançam 3,3% em maio em relação a 2005. Valor Online, São Paulo, 12 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Precos+no+atacado+do+Japao+avancam+33+em+maio+em+relacao+a+2005,,17,3734749.html> Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Vendas no varejo chinês crescem 14,2% em maio ante um ano atrás. Valor Online, São Paulo, 13 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Vendas+no+varejo+chines+crescem+142+em+maio+ant+um+ano+atras,,17,3736747.html> Acesso em: 21 jun. 2006.

CHINA recebeu US\$ 72,4 bilhões em investimentos externos em 2005. Valor Online, São Paulo, 08 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/China+recebeu+US>

\$+724+bilhoes+em+investimentos+externos+em+2005,,,17,3731141.html Acesso em: 21 jun. 2006.

DÉFICIT em conta corrente dos EUA encolhe para US\$ 208,7 bi e surpreende economistas. Valor Online, São Paulo, 16. jun. 2006. Disponível em: [http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Deficit+em+conta+corrente+d+os+EUA+encolhe+para+US\\$+2087+bi+e+surpreende+economistas,,,17,3743364.html](http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/Deficit+em+conta+corrente+d+os+EUA+encolhe+para+US$+2087+bi+e+surpreende+economistas,,,17,3743364.html) Acesso em: 21 jun. 2006.

_____. Desemprego se mantém em 8% na zona do euro em abril. Valor Online, São Paulo, 01 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/Desemprego+se+mantem+em+8+na+zona+do+euro+em+abril,,,18,3717411.html> Acesso em: 21. jun. 2006.

_____. PIB alemão deve crescer 2,1% em 2006, mesmo com alta no petróleo e dólar fraco. Valor

Online, São Paulo, 14 jun. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/internacional/economia/PIB+alemao+deve+crescer+21+em+2006+mesmo+com+alta+no+petroleo+e+dolar+fraco,,,17,3738650.html> Acesso em: 21 jun. 2006.

SCHWARTZ, Gilson. Consumo reduzido nos EUA derubará países emergentes – entrevista com Stephen Roach. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/di-nheiro/fi2006200624.htm> Acesso em: 21 jun. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. De quem será o século XXI?. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1106200612.htm> Acesso em: 21 jun. 2006. ■

A SEI mais perto de VOCÊ.



Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara		
Feira de Santana	São Paulo	Campinas	Natal	Terezina	
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife	Caxias do Sul	Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

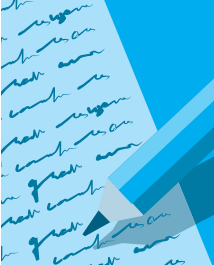
**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços
onde você pode consultar as nossas
publicações em Salvador e outras cidades do
Brasil e do mundo.**

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos		
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento	
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados	
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos



**Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.**





O seguro-desemprego na Bahia

Edelcique Serra Machado*

Este artigo tem por objetivo avaliar o movimento do benefício do seguro-desemprego, o perfil dos segurados na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 2004 e 2005, e apresentar alguns resultados para 2006, de forma a avaliar o mercado de trabalho formal do ponto de vista desse programa. Pretende-se também sugerir alguns mecanismos para melhorar seu funcionamento, pois, atualmente, verificam-se distorções que podem comprometê-lo. Para muitos, esse benefício é considerado como a segunda fonte de renda social do País, envolvendo rendimentos mensais que giram em torno de R\$ 350,00 a R\$ 560,31, não podendo ser inferior a um salário mínimo. O gasto com o seguro-desemprego representa aproximadamente 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O desempenho do seguro-desemprego será analisado a partir das seguintes variáveis, apresentadas na Pesquisa do Perfil dos Segurados/Beneficiários elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

- a) segurados por sexo;
- b) segurados por grau de instrução;
- c) segurados por faixa etária;
- d) segurados por grande setor de atividade econômica (seis setores).

Segundo o MTE, o seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente.

O seguro-desemprego foi introduzido no Brasil em 1986, por intermédio do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 92.608, de 30 de abril de 1986. Após a Constituição de 1988, o benefício do seguro-desemprego passou a integrar o programa do seguro-desemprego, que tem por finalidade, além de prover assistência temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa

sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego. Esse programa tem como fonte de recursos o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A partir de 1º de julho de 1994, entrou em vigor a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que estabeleceu critérios para a concessão de parcelas do benefício, quais sejam:

a) três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo 11 meses, nos 36 meses que antecederam à data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego;

b) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo 12 meses e no máximo 23 meses, nos 36 meses que antecederam à data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego;

c) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo 24 meses, nos 36 meses que antecederam à data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego.

Estão previstas quatro modalidades específicas de beneficiários no programa seguro-desemprego: pescadores artesanais; bolsa de qualificação; empregados domésticos; e desempregados involuntários por longa duração

Estão previstas quatro modalidades específicas de beneficiários no programa seguro-desemprego: pes-

* Economista da Coordenação de Pesquisas Sociais da SEI.

cadres artesanais; bolsa de qualificação; empregados domésticos; e desempregados involuntários por longa duração.

Consoante o levantamento estatístico do seguro-desemprego – perfil dos segurados, em 2005, na Bahia –, realizado pelo MTE, o número de segurados totalizou 246.235, registrando aumento de 12,73% em relação ao ano de 2004, quando o total de segurados foi de 218.426. Na RMS, o total de segurados passou de 103.775 para 113.130, representando um aumento de 9,01% (ver Tabela 1).

De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do MTE, ocorreram 352.568 demissões sem justa causa, na Bahia, em 2005. Comparando-se este número com o total de segurados (246.235), constatou-se uma cobertura bruta do programa em torno de 69,84%. Na RMS, para um total de 166.682 demissões sem justa causa, a cobertura foi da ordem de 67,87%.

Na RMS, com referência ao sexo, os homens foram beneficiados com o seguro-desemprego, representando 68,8% do total em 2004, reduzindo-se para 67,2% em 2005 (ver Tabela 1). Como na RMS, a participação dos homens é também superior no estado da Bahia. Este percentual, em 2004, correspondeu a 70,5%, reduzindo-se para 69,9% em 2005. De acordo com o CAGED/MTE, em 2005, os homens respondiam por 73% dos admitidos no mercado de trabalho. Este é o perfil do trabalhador baiano.

No que concerne ao grau de instrução dos beneficiados com o seguro-desemprego, conforme indicado na Tabela 2, na Região Metropolitana de Salvador, o quadro é o seguinte: tanto em 2004 como em 2005, o grupo com o segundo grau completo deteve o maior número de segurados, acima de 40%. Os analfabetos possuem o menor contingente de segurados com 577 trabalhadores, o que representa apenas 0,5% em 2005. Na categoria de superior completo, apenas

Tabela 1
Beneficiários do seguro-desemprego segundo o sexo:
Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2004-2005

Sexo	Bahia				RMS			
	2004	%	2005	%	2004	%	2005	%
Homens	153.928	70,5	172.013	69,9	71.376	68,8	76.079	67,2
Mulheres	64.497	29,5	74.220	30,1	32.399	31,2	37.049	32,8
Ignorado	1	-	2	-	0	-	2	-
Total	218.426	100	246.235	100	103.775	100	113.130	100

Fonte: MTE/ Seguro-Desemprego

Tabela 2
Beneficiários do seguro-desemprego segundo o grau de escolaridade:
Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2004-2005

Grau de escolaridade	Bahia				RMS			
	2004	%	2005	%	2004	%	2005	%
Analfabetos	5.890	2,7	6.335	2,6	617	0,6	577	0,5
4ª Série incompleta	23.409	10,7	24.164	9,8	5.427	5,2	5.262	4,7
4ª Série completa	15.758	7,2	16.515	6,7	5.737	5,5	4.949	4,4
8ª Série incompleta	37.700	17,3	39.872	16,2	16.696	16,1	16.462	14,6
8ª Série completa	22.227	10,2	23.480	9,5	10.702	10,3	10.216	9
2º Grau incompleto	23.384	10,7	25.484	10,3	11.482	11,1	11.667	10,3
2º Grau completo	77.338	35,4	94.237	38,3	43.640	42,1	52.306	46,2
Superior incompleto	7.575	3,5	10.015	4,1	5.635	5,4	7.431	6,6
Superior completo	4.996	2,3	6.005	2,4	3.766	3,6	4.230	3,7
Ignorado	149	0,1	128	0,1	73	0,1	30	0
Total	218.426	100	246.235	100	103.775	100	113.130	100

Fonte: MTE/ Seguro-Desemprego

4.230 tiveram acesso ao seguro-desemprego, com uma participação percentual de apenas 3,7%.

No estado, observa-se praticamente a mesma distribuição identificada para a RMS, na categoria de segundo grau completo, apesar de inferior em termos percentuais: 35,4% em 2004 e 38,3% em 2005. No que tange ao superior completo, apenas 2,3% em 2004, passando para 2,4% em 2005. E para os analfabetos, percebe-se redução nas participações, passando de 2,7% em 2004 para 2,6% em 2005.

Com relação às faixas etárias apresentadas na Tabela 3, o intervalo de classe de trabalhadores entre 30 a 39 anos, na Bahia, foi o que englobou o maior número de beneficiários do seguro-desemprego,

representando, em 2005, um percentual de 29,9%, demonstrando que as pessoas desta faixa etária são as mais afetadas pelo desemprego. Em segundo lugar está a classe de 18 a 24 anos, com 25,6% dos segurados em 2005. Este quadro mostra que os jovens, embora em número inferior àqueles de 30 a 39 anos, também sofrem com o desemprego. Um fato que chama atenção nesta análise é que a faixa de 50 a 64 anos registrou um montante razoável, com percentagem de 5,1% em 2005.

No que tange à RMS, em 2005, o grupo de idade com o maior número de beneficiários foi o de 30 a 39 anos, com taxa de 31,5%. Em seguida, situa-se o grupo de 25 até 29 anos, com um percentual de utilização correspondente a 25,0%.

Tabela 3
Beneficiários do seguro-desemprego segundo a faixa etária:
Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2004-2005

Faixa etária	Bahia				RMS			
	2004	%	2005	%	2004	%	2005	%
De 14 até 17 anos	977	0,4	951	0,4	219	0,2	230	0,2
De 18 até 24 anos	55.711	25,5	62.923	25,5	23.773	23,2	26.417	23,3
De 25 até 29 anos	51.279	23,5	60.115	24,4	24.543	24,0	28.232	25,0
De 30 até 39 anos	66.544	30,5	73.534	29,9	33.571	32,8	35.595	31,5
De 40 até 49 anos	32.250	14,8	35.751	14,5	16.240	15,9	17.028	15,0
De 50 até 64 anos	11.369	5,2	12.681	5,1	5.340	5,2	5.546	4,9
65 anos ou mais	294	0,1	274	0,1	88	0,1	79	0,1
Ignorado	2	0,0	6	0,0	1	0,0	3	0,0
Total	218.426	100	246.235	100	102.377	100	113.130	100

Fonte: MTE/ Seguro-Desemprego

Tabela 4
Beneficiários do seguro-desemprego segundo o setor de atividade econômica:
Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2004-2005

Setor de atividade	Bahia				RMS			
	2004	%	2005	%	2004	%	2005	%
Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca	22.598	10,3	25.830	10,5	506	0,5	475	0,4
Comércio	63.948	29,3	71.072	28,9	28.336	27,3	30.596	27
Construção civil	28.816	13,2	29.432	12,0	18.744	18,1	18.797	16,6
Indústria	28.896	13,2	33.405	13,6	9.701	9,3	11.251	9,9
Serviços	66.208	30,3	84.411	34,3	42.108	40,6	51.963	45,9
Outros	1.430	0,7	2.085	0,8	27	0,0	48	0,0
Ignorado	6.530	3,0	0	-	4.353	4,2	0	-
Total	218.426	100,0	246.235	100	103.775	100	113.130	100

Fonte: MTE/ Seguro-Desemprego

Considerando-se o setor de atividade econômica, na Bahia, verifica-se que trabalhadores oriundos do setor de serviços foram os principais beneficiários tanto em 2004 quanto em 2005, passando, respectivamente, de 30,3% para 34,3% (Tabela 4). A indústria, entretanto, um dos setores mais importantes no estado, detém um percentual de 13,2% (28.896 segurados) em 2004, passando, em 2005, para 13,6% (33.405). O setor que menos usufruiu o benefício em 2005 foi o agropecuário, com 25.830 segurados (10,5%). Na RMS, em 2004, o setor serviços registrou 42.108 pessoas (40,6%), enquanto a indústria, que é o segundo setor mais importante na RMS, é responsável por 9.701 segurados (9,3%). Em 2005, o total de segurados do setor de serviços cresceu para 51.963, aumentando, portanto, a participação para 45,9%. Já na indústria, a participação no total de segurados manteve-se praticamente estável (9,9%).

No que tange à faixa de idade, no primeiro bimestre de 2006, na Bahia, o grupo que predomina é o de 30 a 39 anos, com um total de 13.211 (31,41%) segurados. Essa mesma faixa tem representação mais significativa na RMS, no mesmo período, com participação de 6.242 (33,08%) segurados. No caso do grau de escolaridade, observa-se maior participação de segurados com 2º grau completo, tanto na Bahia – 15.585 (37%) segurados – como na RMS – 8.819 (35%) segurados.

Repetindo o mesmo perfil de 2004 e 2005, na Bahia, o setor de serviços foi o que apresentou a maior origem de trabalhadores beneficiários de seguro-desemprego no primeiro bimestre de 2006, com 13.597 pessoas (32,33%). Na RMS, o setor foi responsável por 8.074 pessoas (42,80%).

Tabela 5
Beneficiários do seguro-desemprego segundo principais perfis:
Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 1º bimestre de 2005/2006

Perfis	Bahia				RMS			
	1º bim/05	%	1º bim/06	%	1º bim/05	%	1º bim/06	%
Sexo: homens	23.778	69,21	29.954	71,22	10.040	63,61	12.783	67,75
Faixa etária: 30 a 39 anos	10.977	26,1	13.211	31,41	5.357	34,0	6.242	33,08
Grau de escolaridade: 2º completo	12.126	35,29	15.585	37,00	6.502	41,19	8.819	35,0
Setor de atividade: serviços	11.752	34,21	13.597	32,33	7.270	46,06	8.074	42,8
Total de segurados	34.352	-	42.053	-	15.783	-	18.867	-

Fonte: MTE/ Seguro-Desemprego

Ressaltam-se os resultados para os dois primeiros meses de 2006, como apresentado na Tabela 5. Na Bahia, o total de segurados foi de 42.053, registrando aumento de 22,4% em relação ao mesmo período de 2005, quando o total de segurados foi de 34.352. Na RMS, o total de segurados passou de 15.783, no primeiro bimestre de 2005, para 18.867 em igual período de 2006, representando um aumento de 19,5%.

Em termos de sexo, no primeiro bimestre de 2006, o total de homens na Bahia predomina, com 29.954 segurados, representando 71,22%. No mesmo período de 2005, este percentual era de 69,21%, indicando um incremento na participação dos homens com seguro-desemprego. Na RMS, nesse período, percebe-se também um aumento no total de segurados do sexo masculino, passando de 10.040 (63,61%) em 2005 para 12.783 (67,75%) em 2006.

Conclusões

Após a exposição dos dados estatísticos, tornam-se necessárias algumas observações sobre o funcionamento do seguro-desemprego. Este programa é eminentemente urbano. Nas grandes cidades, ele funciona como um paliativo para a perda de renda na época de crescimento do desemprego. Segundo Marcelo Nery, do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (SEGURO-DESEMPREGO..., 2002): “[...] o seguro-desemprego é muito metropolitano e geralmente é o meio urbano que fica no epicentro das crises econômicas.” O pesquisador afirma ainda que o seguro é direcionado ao trabalhador formal metropolitano, que não é o mais pobre dos brasileiros.

No funcionamento deste programa, existem algumas distorções, pois o trabalhador, mesmo pedindo de-

O pagamento do seguro-desemprego também deveria estar vinculado à obrigatoriedade do trabalhador se submeter a um curso de reciclagem profissional

missão, força o empregador a lhe despedir sem justa causa. Ao forçar sua demissão, o trabalhador estará sobrecarregando os recursos do seguro-desemprego. Maior fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego coibiria tal fato. A multa rescisória de 50% sobre o salário-base, em caso de demissão sem justa causa, constitui-se em um absurdo inexplicável e só faz aumentar os encargos sociais para as pequenas empresas e empregadores domésticos. A referida multa deveria ser extinta, pois dificulta a criação de empregos nesta faixa. Os encargos sociais contribuem de forma acentuada para que as empresas não tenham condições de contratar trabalhadores. Este fato faz aumentar o desemprego. O pagamento do seguro-desemprego também deveria estar vinculado à obrigatoriedade do trabalhador se submeter a um curso de reciclagem profissional. Dessa forma, a duração desse benefício poderia ser estendida de 5 para 12 meses.

Por outro lado, conforme acentua José Paulo Zeetano Chahad (2000), a eficiência e a eficácia do seguro-desemprego com alguns programas, em especial a intermediação de mão-de-obra (relocação), bem como a formação de recursos humanos (reciclagem e requalificação), se constitui num sistema público de emprego nos moldes da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O autor ainda ressalta que todas estas funções do Serviço Público de Emprego (SPE) e sua vinculação ao programa do seguro-desemprego, bem como ao Sistema de Formação de Recursos Humanos são fatores determinantes para um melhor funcionamento do mercado de trabalho, assim como para elevação do grau de eficiência do seguro-desemprego.

Entende-se que esta integração contribui, sem dúvida, para a melhoria das condições do emprego, para o alívio da pobreza, para a redistribuição dos custos do desemprego e também para sua diminuição. Ressalte-se também que o treinamento profissional não responde à necessidade da demanda por trabalho.

Como já afirmado acima, a fonte de recursos do seguro-desemprego é o FAT. Destes recursos, 40% são destinados ao BNDES, para aplicação em financiamento de programas de desenvolvimento econômico. O restante (60%) dos recursos destina-se ao custeio do programa do seguro-desemprego, que compreende o pagamento do benefício do pescador artesanal, a orientação, a qualificação de mão-de-obra e a intermediação de mão-de-obra. Os recursos para esse programa deveriam ser ampliados para 70%, com o intuito de transferir à população economicamente ativa maiores recursos para custear o desemprego.

O mais importante é ressaltar que o programa do seguro-desemprego não pode ser visto unicamente como um benefício concedido, mas como um programa de auxílio temporário ao trabalhador desempregado, que passa por processo de aprimoramento profissional, em busca de melhor recolocação no mercado de trabalho.

Diante da expectativa de queda no nível de desemprego, um número menor de pessoas utilizará os recursos do seguro-desemprego. Com isso, a soma economizada poderá ser destinada ao treinamento e à inclusão da mão-de-obra no mercado de trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Seguro-desemprego*. Disponível em: <www.mte.gov.br> Acesso em: 01 jun. 06.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. O seguro-desemprego no contexto do sistema público de emprego e o seu papel no combate à pobreza no caso brasileiro. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 561-587.

DIEESE. *Seguro desemprego e abono salarial anual: algumas considerações sobre os programas de garantia de renda no Brasil*. São Paulo: DIEESE, set. 2003.

SEGURO-DESEMPREGO ganha importância. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 3 jun. 2002. p. 4. ■

Ampliações concentram 56% dos investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período de 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 10,3 bilhões agregando 429 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Quanto à situação, 55,6% dos investimentos estão em ampliações de unidades industriais, representando um volume de R\$ 5,7 bilhões em 87 projetos; 44,2% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 4,6 bilhões em 342 projetos.

No que se refere à localização indicada pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano e Extremo Sul respondem por 81% dos investimentos previstos, concentrados num volume de cerca R\$ 8,3 bilhões, além de alocar 56% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R\$ 2,0 bilhões em 189 projetos (44%).

No que tange ao complexo de atividade econômica, 69% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (40,5%), Químico-Petroquímico (18,5%) e Agroalimentar (9,9%), perfazendo R\$ 7,1 bilhões em 164 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 3,2 bilhões distribuídos em 265 projetos, notadamente no complexo de Calçados/Têxtil/Confecções com participação de 9,1% dos investimentos.

Em relação ao número de empregos previstos, a expectativa é que os empreendimentos industriais gerem 57.415 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (21%) absorvem 60% dos empregos, ou 34.215 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 40% dos empregos, destacando-se o eixo Mata Atlântica respondendo por 13% dos empregos ou 7.195 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se Poly Embalagens Industrial Ltda., a Gertec, a Marlin Industrial, a Menendez Americano & Cia Ltda. e a Rui Brabosa Componentes Artefatos e Calçados Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006-2010

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.022.565	69
Atividade mineral e beneficiamento	434.756	21
Calçados/Têxtil/Confecções	939.876	49
Complexo madeireiro	4.179.306	12
Eletroeletrônico	208.826	57
Metal-mecânico	452.621	42
Químico-petroquímico	1.910.353	83
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	804.452	87
Outros	365.790	8
Total	10.319.698	429

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/06.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006-2010

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	49.439	7
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	64.217	8
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.362.734	15
Grande Recôncavo	419.833	62
Mata Atlântica	247.505	48
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	4.945.908	225
Nordeste	33.424	6
Oeste do São Francisco	253.348	6
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	184.730	34
A Definir	437.076	10
Total	10.319.698	429

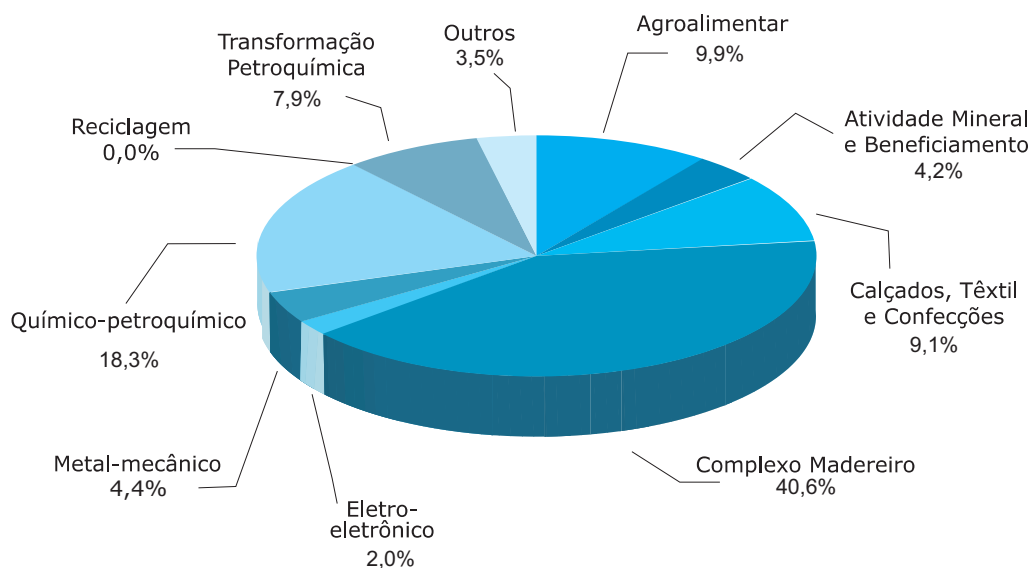
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC -SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/06/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Notícias

Negócios

Construção de fábrica da Nestlé reforça pólo industrial de Feira

A Nestlé começou a instalação de sua segunda fábrica no estado, desta vez em Feira de Santana. Na construção, vão ser gerados 600 empregos diretos e na primeira fase de funcionamento, prevista para começar em novembro deste ano, 250 trabalhadores devem ser contratados. Nos últimos cinco anos, 37 empresas se instalaram no município, fortalecendo ainda mais a matriz industrial de Feira de Santana, que já conta com mais de 120 empresas.

A implantação da fábrica da Nestlé contou com o apoio do governo da Bahia, através de obras de suporte na área de infra-estrutura e de incentivos fiscais do Programa Desenvolve. Ela deve arrecadar cerca de R\$ 25 milhões em impostos municipais e estaduais e é fruto de um investimento de R\$ 100 milhões. A capacidade inicial de produção será de 50 mil toneladas/ano. A primeira unidade da Nestlé na Bahia está localizada em Itabuna desde 1984.

A unidade industrial da Nestlé produzirá inicialmente massas lámen e envasará bebidas achocolatadas, cereais e café solúvel. No futuro, fabricará ainda cereais, bebidas achocolatadas, sorvetes, iogurtes, biscoitos, sopas e caldos. O empreendimento também abrigará um importante centro de distribuição. A nova fábrica e o centro de distribuição atenderão ao aumento da demanda do mercado nordestino pelos produtos da marca, que teve crescimento real de 15% no ano passado – mais que o dobro em comparação a outras regiões do país, segundo informação da empresa.

As fábricas que se instalam em Feira de Santana se beneficiam da localização geográfica de um dos principais entroncamentos rodoviários do país, o que facilita a distribuição da produção. A cidade está a 110

quilômetros do Porto de Salvador e a 80 quilômetros do terminal portuário de Aratu. Fica a apenas 70 quilômetros do Complexo Petroquímico de Camaçari e a 100 quilômetros do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, na capital.

Construção de fábrica da Nestlé reforça pólo industrial de Feira. Diário Oficial, 06/06/06.

Iberostar amplia investimento na Bahia

O grupo Iberostar, o maior da indústria hoteleira espanhola, vai investir US\$ 35 milhões em um hotel de 240 apartamentos na orla de Salvador. O início das obras está previsto para o segundo semestre e deverá se estender por 18 meses. A previsão é de que esteja em operação na temporada de verão de 2007/08. O protocolo de investimento foi assinado em 8 de junho na Espanha, pelo presidente do grupo, Miguel Fluxá, e o prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro (PDT). A licença para o início das obras já foi solicitada e está em andamento, segundo o secretário de relações internacionais da capital baiana, Leonel Leal Neto.

O investimento do Iberostar em Salvador incluirá também um projeto social com crianças de rua no qual serão investidos US\$ 500 mil. O grupo estuda a construção de outros dois projetos na cidade, mas eles ainda estão em fase preliminar de análise, diz o secretário. Leal Neto acompanhou a comitiva da prefeitura que foi para a Espanha e Portugal fazer prospecções de negócios. O também ibérico grupo Madrilisboa confirmou o investimento de US\$ 60 milhões na construção de dois hotéis em Salvador, um de cinco e outro de quatro estrelas. O presidente do grupo, Fernando Augusto Andrez, que já havia apresentado o projeto na cidade no início do ano, também assinou o protocolo de investimento com os representantes da prefeitura.

Esta será a segunda investida dos espanhóis do Iberostar na Bahia, um grupo com faturamento anual de cerca de US\$ 3 bilhões. A primeira, o resort Iberostar Bahia, localizado na Praia do Forte, no litoral norte do Estado, está em pré-operação desde abril. Sua primeira fase, na qual foram investidos US\$ 80 milhões, será inaugurada oficialmente na quarta-feira, dia 21. Até 2009, o resort pretende se tornar o maior do país. No total, ele consumirá US\$ 250 milhões em investimentos.

O Brasil foi o pioneiro na chegada do Iberostar à América do Sul, anunciada há dois anos. Além do resort

baiano, o pacote de investimentos incluiu a construção de um navio-hotel com 87 quartos para cruzeiros nos rios Amazonas e Negro. O grupo, que atua em cerca de 30 países, tem sua própria companhia aérea, a Iberojet, agências de viagem e operadoras de turismo.

Iberostar amplia investimento na Bahia. Valor Econômico, 19/06/2006.

Akzo investe na Bahia

O grupo químico holandês Akzo Nobel anunciou, na sexta-feira, que planeja investir 15 milhões de euros (US\$ 18,9 milhões) em uma nova fábrica de dióxido de cloro no Brasil. A unidade abastecerá a fábrica de celulose de Mucuri (BA) e começará a operar em agosto de 2007, informou a Reuters, citando comunicado da companhia. A cidade baiana abriga uma unidade da Suzano Papel e Celulose. A Eka Chemicals, unidade da Akzo Nobel para celulose e papel, atualmente opera em Mucuri uma fábrica de dióxido de cloro com capacidade para 25 toneladas por dia.

Akzo investe na Bahia. Valor Econômico, 19/06/2006.

Indicadores

Bahia diminui alíquota de ICMS para cadeia produtiva do algodão

O governador Paulo Souto assinou o decreto de redução da carga de ICMS para indústria de refino de óleo de algodão de 17 para 7%. A medida foi anunciada pelos secretários da Fazenda, Walter Cairo, da Agricultura, Pedro Barbosa, e da Indústria, Comércio e Mineração, José Luiz Pérez Garrido, em solenidade realizada na Secretaria da Fazenda. O novo percentual é o menor permitido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O decreto inclui ainda a diminuição do ICMS do produto no comércio, de 17 para 12%, e a facilitação para aquisição de equipamentos adquiridos por associações de produtores ou cooperativas do setor. Segundo Walter Cairo, o decreto é o resultado do trabalho coordenado de três secretarias que atende a uma demanda do setor e deve resultar no aumento da produção e geração de novos empregos. A Bahia é o segundo maior produtor brasileiro de algodão. Na última safra, colheu cerca de 770 mil toneladas. Pedro Barbosa afirmou que hoje são produzidas 15 mil tone-

ladas de óleo de algodão no estado.

A maior parte da produção baiana está concentrada na região oeste, e a segunda maior região produtora é a da Serra Geral (Vale do Iuiú). O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, João Carlos Jacobsen, explicou que a medida deve aumentar a competitividade do produto no mercado e incentivar a implantação de novas indústrias.

Bahia diminui alíquota de ICMS para cadeia produtiva do algodão. Diário Oficial, 06/06/06.

Taxa de juros está mais alta

A despeito da política de corte da Selic, os juros ao consumidor voltaram a subir em maio. Das seis modalidades de crédito pesquisadas pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), cinco registraram aumento de taxas. A maior variação foi verificada nas operações de empréstimo pessoal oferecidas por financeiras. Com alta de 0,10 ponto percentual, a taxa paga pelo consumidor passou de 11,5% para 11,6% ao mês - o que equivale a 273,22% em 12 meses.

Também foi apurado aumento de juros no cartão de crédito (mais 0,08 ponto percentual), no crediário do comércio (0,07 ponto), no empréstimo pessoal liberado pelos bancos (0,05 ponto) e nas operações de crédito direto ao consumidor (0,03 ponto). A exceção ficou por conta das taxas mantidas no uso do cheque especial, que caíram de 8,16% para 8,07% (153,78% no ano) em maio, correspondendo a uma queda de 0,09 ponto. Com isso, a taxa média de juros de bancos, varejo e financeiras, que era de 7,48% ao mês em abril, passou para 7,52% em maio, mais 0,04 ponto percentual.

No caso das operações para empresas, houve redução de 0,02 ponto na taxa média, que passou de 4,4% para 4,38% (67,27% em 12 meses). Essa média para as empresas considera as modalidades de conta garantida, desconto de duplicata e de cheques e capital de giro. Em reunião encerrada no último dia 31, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) voltou a reduzir a Selic (a taxa que serve de parâmetro para o resto do mercado) em mais 0,5 ponto percentual. A Anefac avalia que não houve tempo hábil para que os bancos eventualmente repassassem essa queda para suas taxas ao consumidor.

Taxa de juros está mais alta. A tarde, 20/06/06.

Bahia é campeã do Bolsa Família

A Bahia é o Estado que mais está recebendo recursos do Bolsa Família. Em maio, foram R\$ 76,3 milhões para um total de 1.178 milhão de famílias, espalhadas em todos os 417 municípios baianos e cada uma delas recebeu R\$ 64,75 mensais. Na Bahia, contudo, a renda que alimenta o consumo também vem do emprego formal, que está crescendo 1,13%, percentual positivo, mas bem inferior à média nacional de 2,19%. A alta de 1,13% no número de empregos formais no Estado representou 18,4 mil novas contratações formais, um forte contraste com o que se verificou, por exemplo, em Pernambuco e Alagoas, que perderam 11,5 mil e 30 mil postos, respectivamente. O Estado, assim, amenizou o recuo da força de trabalho formal no Nordeste, que registrou decréscimo de 20 mil postos no primeiro quadrimestre.

Ainda que o crescimento do emprego na Bahia tenha ficado muito aquém da média nacional, o avanço nos gastos do comércio foi de 9,83%, quase o dobro do restante do país. A alta também se deve aos programas de transferência de renda do governo, mas não só a eles, diz o economista José Ribeiro, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão ligado à Secretaria Estadual do Planejamento. “O aumento dos gastos no comércio é uma questão de conjuntura econômica”, diz Ribeiro. Há três anos a economia baiana cresce em ritmo maior que o da média brasileira, o que pode explicar o bom desempenho do comércio.

Em todos os 12 subgrupos do ramo industrial da pesquisa do Caged houve acréscimo em número de empregos formais – a média da indústria de transformação baiana foi de 6,3%. No comércio, o número de empregos criados foi de 3,6 mil. “Também há o fator da sazonalidade, com contratações puxadas pela Páscoa e pelo Dia das Mães”, diz o economista. Segundo levantamento da SEI, nos últimos dois anos, a retomada do nível de atividade do comércio foi sustentada pela expansão do segmento de bens duráveis. Em abril, quando o acréscimo foi de 10,16%, a alta foi puxada por supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

O presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia (FCDL), Joaquim Fonseca, também cita os programas de transferência de renda do governo como um dos fatores a explicar o grande avanço

das vendas do comércio no primeiro quadrimestre, mesmo com o emprego formal não tendo avançado no mesmo ritmo. Outra particularidade nordestina a explicar esse fenômeno, diz ele, é o impulso dado pelas festas juninas, que mobilizam a economia na região mais que em outras partes do país. Copa do Mundo e eleições também têm favorecido os gastos, diz ele. “O crescimento vai continuar, mas não nesse ritmo. Deve cair depois da Copa”, acredita Fonseca. “O comércio também vendeu mais porque, com a Copa, houve impulso em produtos de maior valor agregado, como televisores e geladeiras”, pondera. Os cálculos são feitos pelo volume total, e não por artigos.

Segundo levantamento da SEI, nos últimos dois anos, a retomada do nível de atividade do comércio foi sustentada pela expansão do segmento de bens duráveis. Em abril, quando o acréscimo foi de 10,16%, a alta foi puxada por supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Esse segmento representa 40% dos cálculos que avaliam o desempenho do comércio. O avanço do emprego no primeiro quadrimestre chegou a ser comemorado em peças publicitárias pelo prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro (PDT), como o marco de que a cidade teria passado para Recife o título de “capital nacional do desemprego”. O incômodo título, entretanto, leva em conta os dados de toda a região metropolitana. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a taxa de desemprego na região metropolitana de Salvador em abril foi de 24,4% - equivalente a 425 mil desempregados.

Bahia é campeã do Bolsa Família, mas emprego sobe. Valor Econômico, 28/06/2006.

Ação Governamental

Autorizado repasse do Pnage

O contrato que permite o repasse para os estados dos recursos provenientes do Programa Nacional de Modernização de Gestão e Planejamento dos Estados e Distrito Federal (Pnage), destinado a investimentos, nos próximos cinco anos, na melhoria da gestão pública. Na Bahia, o programa, cuja versão local se chamará Projeto de Modernização da Gestão Pública do Estado da Bahia (Proage), será implantado em parceria pelas secretarias da Administração (Saeb), responsável pela coordenação executiva, e do Planejamento (Seplan). A meta é tornar mais eficazes os serviços prestados à população.

A versão baiana vai mobilizar um total de US\$ 19,6 milhões, fazendo da Bahia um dos estados com maior volume de recursos captados junto ao programa. Os recursos serão liberados em duas etapas. Na primeira, os recursos a serem financiados pelo banco em todos os estados somam US\$ 93 milhões – a participação baiana nesta fase é de US\$ 9,8 milhões, o que representa 10,5% do total.

O presidente do Fórum Nacional de Secretários do Planejamento e secretário da Bahia, Armando Avena, fez um pronunciamento no qual sugeriu a Paulo Bernardo que adie o prazo de vigência da Instrução Normativa 2, da Secretaria do Tesouro Nacional, que disciplina a elaboração de convênios de natureza financeira. Segundo Armando Avena, sua prorrogação até 30 deste mês permitirá que os estados tenham condições de se adequar para assinar o convênio com a Caixa, o que deve acontecer até o final deste mês.

Armando Avena também solicitou a garantia da liberação, sem contingenciamento, dos recursos orçamentários que estão previstos para serem liberados ainda este ano, para que, assim, os estados possam implementar as ações do Pnape. Os recursos destinados ao programa serão tomados diretamente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pelo ministério, transferindo-os sem ônus aos estados, através de convênio. A contrapartida será de 33,4% para os estados e de 6,6% para a União, além do financiamento de 60% pelo BID. Ao todo, o Pnape envolve recursos de US\$ 310 milhões, a serem aplicados nos estados em duas fases de cinco anos, cada um.

Autorizado repasse do Pnape. Diário Oficial, 02/06/06.

Mais US\$ 35 milhões serão investidos

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) aprovou pedido de empréstimo do governo da Bahia, no valor de US\$ 35 milhões, para a execução da primeira etapa do novo Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH II). Financiado pelo Banco Mundial (Bird), o montante será aplicado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), através da Superintendência de Recursos Hídricos, no fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos, em projetos de expansão da infra-estrutura hídrica para usos múltiplos – com ênfase nas bacias dos rios de Contas, Itapicuru, Paraguaçu, Verde/Jacaré e Salitre – e no aumento do abastecimento de água para pequenas comunidades do semi-árido.

O programa levará em consideração as lições aprendidas na execução do PGRH I, bem como outras experiências voltadas para o equacionamento dos problemas de forma integrada e participativa. O PGRH II contempla quatro componentes estruturais, com um custo total estimado em US\$ 120 milhões, dos quais US\$ 72 milhões serão financiados pelo Banco Mundial e os US\$ 48 milhões restantes pelo Estado, a título de contrapartida.

O PGRH II prevê, entre outras coisas, a construção de sete barragens para usos múltiplos, incluindo ações referentes à implementação de áreas de reassentamento e reconstrução da infra-estrutura social, de energia e de estradas, construção de 10 adutoras de grande porte, além de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Apoiará também o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado já existente, com o fortalecimento do aparato institucional, monitoramento hidrológico, melhoria de instrumentos de outorga e de cobrança, capacitação dos usuários de água e da equipe técnica das entidades envolvidas e melhoria de mecanismos para a participação de usuários de água, através da implementação e do fortalecimento de comitês de bacias hidrográficas. Ao todo, o PGRH II beneficiará cerca de 800 mil pessoas.

Mais US\$ 35 milhões serão investidos. Diário Oficial, 08/06/2006.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.797, de 7 de junho de 2006 – Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional

ao Acordo de Complementação Econômica no 59, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e os Governos da República Bolivariana da Venezuela, da República da Colômbia e da República do Equador, de 30 de março de 2006.

Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006 – Regula os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Decreto nº 5.799, de 7 de junho de 2006 – Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Decreto nº 5.802, de 8 de junho de 2006 – Altera o Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

Decreto nº 5.804, de 9 de junho de 2006 – Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os produtos que menciona.

Decreto nº 5.821, de 29 de junho de 2006 – Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação dos produtos que menciona, conforme disposições do § 3º do art. 2º da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, do § 3º do art. 2º da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do § 11 do art. 8º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004.

Leis

Lei de nº 11.311, de 13 de junho de 2006 – Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nos 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Mensagem de veto.

Lei de nº 11.312, de 27 de junho de 2006 – Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmis-

são de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF nos casos que especifica; altera a Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 303, de 29 de junho de 2006

– Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal. Cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho - CNRT e dá outras providências.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta-circular nº 3.237, de 12 de junho de 2006

– Esclarece acerca do oferecimento de vantagens na captação de depósitos vinculados à prestação de serviços de pagamentos e de recebimentos por conta clientes, bem como do alcance da vedação prevista na Resolução 2.475, de 1998.

Resoluções

Resolução nº 3.370, de 14 de junho de 2006

– Dispõe sobre alterações em programas de investimentos, amparados em recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao BNDE, e sobre a linha de crédito Finame Agrícola Especial.

Resolução nº 3.373, de 19 de junho de 2006

– Dispõe sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de investimento agropecuário.

Resolução nº 3.374, de 19 de junho de 2006

– Dispõe, no âmbito do Pronaf, sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas de operações de custeio e investimentos e sobre a concessão de investimento para reconversão e revitalização de unidades de produção.

Resolução nº 3.375, de 19 de junho de 2006

– Altera o Regulamento do Programa Nacional de Fortale-

cimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR).

Plurianual para o período de 2004-2007 e dá outras providências.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 10.021, de 05 de junho de 2006 – Procede à Alteração nº 78 ao Regulamento do ICMS.

Decreto nº 10.023, de 06 de junho de 2006 – Altera dispositivos do Decreto nº 9.457, de 14 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

Leis

Lei nº 10.210, de 13 de junho de 2006 – Altera a programação extra-orçamentária constante do Plano

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 219, de 14 de junho de 2006 – Altera a Portaria nº 114, de 27/02/04 que dispõe sobre o credenciamento de contribuintes para recolhimento, até o dia 25 do mês subsequente, do imposto relativo à antecipação tributária nas entradas de mercadorias no estabelecimento, oriundas de outras unidades federadas.

Portaria nº 232, de 28 de junho de 2006 – Altera a Portaria 427/2001 que dispõe sobre o levantamento de dados da produção agrícola baiana, para fins de cálculo do índice de valor Adicionado dos Municípios (IVA) e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Jun/2006						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Jun/05	Jun/06	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,23	-0,53	1,52	3,32	355093,7	238,05
Habituação e encargos	2,05	2,80	15,04	24,32	805339,1	644,02
Artigos de residência	-0,73	-0,65	-0,89	-3,68	276257,5	230,89
Vestuário	-0,12	0,33	-1,55	0,50	312221,1	183,24
Transporte e comunicação	0,42	0,04	4,62	12,52	635340,4	687,58
Saúde e cuidados pessoais	0,34	-0,04	3,62	5,05	615790,3	328,08
Despesas pessoais	1,13	1,07	3,36	4,85	666347,1	382,09
Geral	0,28	0,23	2,92	5,84	471160,9	328,32

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Jun/2006					
Capitais	Valor da Cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações Acumuladas %		Porcentagem do Salário Mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	134,25	-3,01	-7,60	-8,92	41,53
Belém	156,56	0,24	-0,13	1,75	48,44
Belo Horizonte	159,97	-3,25	-9,56	-4,82	49,49
Brasília	163,52	-2,15	-7,72	-5,49	50,59
Curitiba	159,72	-3,86	-9,72	-5,15	49,41
Florianópolis	159,02	-3,11	-7,88	-4,12	49,20
Fortaleza	137,18	2,55	3,11	-5,52	42,44
Goiânia	149,30	-0,82	0,12	-5,16	46,19
João Pessoa	143,99	-1,40	-0,42	-0,03	44,55
Natal	137,83	-4,92	1,41	-1,37	42,64
Porto Alegre	168,33	-2,96	-12,01	-7,54	52,08
Recife	144,98	-4,01	3,33	-2,33	44,85
Rio de Janeiro	165,07	-2,28	-7,31	-4,17	51,07
Salvador	140,87	-4,20	3,44	2,88	43,59
São Paulo	172,31	-3,73	-6,06	-5,91	53,31
Vitória	152,32	-6,76	-8,02	-6,49	47,12

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2005/2006						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	119.712	131.374	9,7	24.914	25.308	1,6
Algodão Herbáceo	819.977	794.957	-3,1	3.184	3.330	4,6
Alho	7.432	7.260	-2,3	6.939	7.523	8,4
Amendoim	7.042	7.933	12,7	1.150	1.103	-4,1
Arroz Total	92.683	19.531	-78,9	2.376	1.849	-22,2
Arroz Sequeiro	74.832	15.800	-78,9	2.156	1.637	-24,1
Arroz Irrigado	17.851	3.731	-79,1	4.161	4.100	-1,5
Batata-inglesa	177.150	178.500	0,8	31.578	36.061	14,2
Cana-de-açúcar	5.636.887	5.748.962	2,0	58.761	60.377	2,8
Cebola	121.631	147.870	21,6	20.428	25.058	22,7
Feijão Total	460.505	427.037	-7,3	670	696	3,9
Feijão 1ª Safra	122.830	62.187	-49,4	482	340	-29,4
Sequeiro	61.912	35.625	-42,5	434	391	-9,9
Irrigado	5.520	5.340	-3,3	2.667	3.456	29,6
Caupi	55.398	21.222	-61,7	503	235	-53,2
Feijão 2ª Safra	337.675	364.850	8,0	781	847	8,5
Sequeiro	302.735	332.147	9,7	749	832	11,1
Irrigado	23.947	18.800	-21,5	2.241	2.293	2,3
Caupi	10.993	13.903	26,5	629	592	-5,9
Fumo	11.021	10.309	-6,5	923	910	-1,4
Mamona	135.394	75.749	-44,1	734	671	-8,6
Mandioca	4.512.817	4.318.220	-4,3	12.840	12.323	-4,0
Milho Total	1.614.899	1.172.189	-27,4	2.067	1.686	-18,5
Milho 1ª Safra	1.206.621	690.666	-42,8	3.020	2.167	-28,3
Sequeiro	1.155.660	640.186	-44,6	2.966	2.054	-30,7
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª Safra	408.278	481.523	17,9	1.070	1.279	19,5
Sequeiro	406.946	479.438	17,8	1.068	1.275	19,4
Irrigado	1.332	2.085	56,5	3.149	3.084	-2,1
Soja	2.401.200	1.991.160	-17,1	2.760	2.283	-17
Sorgo Granífero	104.196	68.194	-34,6	1.798	1.377	-23,4
Tomate	204.599	191.561	-6,4	38.927	40.050	2,9
Trigo	1.915	1.715	-10,4	5.583	5.000	-10,4
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	865.221	1.005.823	16,3	13.880	14.434	4,0
Cacau	142.240	164.568	15,7	255	289	13,1
Café	140.339	161.412	15,0	962	1.028	6,9
Castanha-de-cajú	5.964	5.554	-6,9	289	271	-6,1
Coco-da-baía ⁴	723.600	708.549	-2,1	8.873	8.767	-1,2
Dendê	nd	nd	-	-	nd	-
Guaraná	1.293	1.403	8,5	209	227	8,8
Laranja ⁵	800.852	800.556	0,0	15.877	15.874	0,0
Mamão ⁵	679.083	707.547	4,2	50.429	54.812	8,7
Maracujá ⁴	nd	nd	-	-	nd	-
Pimenta-do-reino	3.224	3.516	9,1	2.457	2.539	3,3
Sisal	195.680	211.667	8,2	887	859	-3,2
Uva	86.338	89.596	3,8	25.230	28.977	14,9

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.805	5.191	8,0	4.805	5.191	8,0	0	0
Algodão Herbáceo	257.567	239.355	-7,1	257.567	238.755	-7,3	0	600
Alho	1.071	965	-9,9	1.071	965	-9,9	0	0
Amendoim	6.122	7.192	17,5	6.122	7.192	17,5	0	0
Arroz Total	39.004	17.064	-56,3	39.004	10.564	-72,9	0	6.500
Arroz Sequeiro	34.714	16.154	-53,5	34.714	9.654	-72,2	0	6.500
Arroz Irrigado	4.290	910	-78,8	4.290	910	-78,8	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	95.480	-0,9	95.929	95.218	-0,7	390	262
Cebola	5.954	5.901	-0,9	5.954	5.901	-0,9	0	0
Feijão Total	775.368	728.397	-6,1	687.440	613.689	-10,7	87.928	114.708
Feijão 1ª Safra	342.929	297.441	-13,3	255.001	182.733	-28,3	87.928	114.708
Sequeiro	230.147	189.604	-17,6	142.717	91.016	-36,2	87.430	98.588
Irrigado	2.070	1.545	-25,4	2.070	1.545	-25,4	0	0
Caupi	110.712	102.686	-7,2	110.214	90.172	-18,2	498	12.514
Feijão 2ª Safra	432.439	430.956	-0,3	432.439	430.956	-0,3	0	0
Sequeiro	404.273	399.262	-1,2	404.273	399.262	-1,2	0	0
Irrigado	10.687	8.200	-23,3	10.687	8.200	-23,3	0	0
Caupi	17.479	23.494	34,4	17.479	23.494	34,4	0	0
Fumo	11.939	11.329	-5,1	11.939	11.329	-5,1	0	0
Mamona	185.521	115.860	-37,5	184.346	112.951	-38,7	1.175	2.909
Mandioca	380.078	366.289	-3,6	351.473	350.417	-0,3	28.605	15.872
Milho Total	808.761	771.541	-4,6	781.121	695.382	-11,0	27.640	76.159
Milho 1ª Safra	427.140	394.936	-7,5	399.500	318.777	-20,2	27.640	76.159
Sequeiro	417.295	387.796	-7,1	389.655	311.637	-20,0	27.640	76.159
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª Safra	381.621	376.605	-1,3	381.621	376.605	-1,3	0	0
Sequeiro	381.198	375.929	-1,4	381.198	375.929	-1,4	0	0
Irrigado	423	676	59,8	423	676	59,8	0	0
Soja	870.000	872.100	0,2	870.000	872.100	0,2	0	0
Sorgo Granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	4.783	-9,0	5.256	4.783	-9,0	0	0
Trigo	343	343	0,0	343	343	0,0	0	0
Lavouras Permanentes								
Banana	62.424	70.358	12,7	62.336	69.685	11,8	88	673
Cacau	556.727	569.372	2,3	556.727	569.372	2,3	0	0
Café	145.957	158.213	8,4	145.957	156.986	7,6	0	1.227
Castanha-de-cajú	20.779	20.509	-1,3	20.660	20.490	-0,8	119	19
Coco-da-baía	81.604	81.246	-0,4	81.547	80.823	-0,9	57	423
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Guaraná	6.197	6.305	1,7	6.197	6.168	-0,5	0	137
Laranja	50.593	50.663	0,1	50.441	50.433	0,0	152	230
Mamão	13.611	13.197	-3,0	13.466	12.907	-4,2	145	290
Maracujá	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Pimenta-do-reino	1.312	1.410	7,5	1.312	1.385	5,6	0	25
Sisal	226.458	246.299	8,8	220.558	246.299	11,7	5.900	0
Uva	3.422	3.142	-8,2	3.422	3.092	-9,6	0	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Abr/2006				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	1,3	5,2	6,3	4,8
Extrativa mineral	-1,2	1,4	1,9	-1,5
Indústria de transformação	1,5	5,4	6,5	5,2
Alimentos e Bebidas	3,1	0,6	-2,0	3,5
Celulose, papel e produtos de papel	5,6	42,9	35,5	30,4
Refino de petróleo e álcool	-1,3	3,4	9,1	6,7
Produtos químicos	-6,5	-3,8	-0,2	-1,8
Borracha e plástico	5,0	16,7	14,7	13,0
Minerais não metálicos	-13,1	0,2	13,2	12,7
Metalurgia básica	13,5	35,6	16,0	8,5
Veículos automotores	nd	-19,9	-11,9	9,1

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Abr/2005 - Abr/2006				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Abril 2005	2,7	6,1	4,4	9,7
Maio	-3,2	0,3	3,5	8,6
Junho	6,2	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,3	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,4	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,0	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,6	4,5	4,5
Janeiro	-3,3	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	-0,5	7,6	7,1	4,7
Março	-0,5	6,3	6,8	5,2
Abril 2006	1,3	5,4	6,5	5,2

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Abr/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-32,4	-26,6	11,0	-2,7
Residencial	-7,5	3,3	3,3	5,2
Industrial ¹	-12,0	-0,2	-0,9	-2,9
Comercial	-6,3	2,2	1,8	5,1
Utilidades Públicas ²	0,2	6,5	3,8	4,6
Setor Público	-5,7	4,3	7,0	8,2
Concessionária	-7,5	6,1	3,3	5,3
Total	-8,9	0,7	2,9	2,8

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Abr/2006				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-0,2	10,2	9,8	7,6
Combustíveis e Lubrificantes	-6,7	-7,7	-2,9	-11,0
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	7,3	20,0	12,6	7,7
Hipermercados e Supermercados	9,4	30,1	19,0	9,2
Tecidos, Vestuário e Calçados	-4,9	-4,1	4,2	13,6
Móveis e Eletrodomésticos	-7,1	16,8	24,4	33,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	-2,6	4,2	10,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-18,5	-21,6	-4,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	35,8	68,6	81,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	23,9	12,2	13,0
Veículos, Motos e Peças	-20,3	2,0	17,4	10,8
Material de construção	nd	-2,6	2,6	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Maio/2005 - Maio/2006						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Maio 2005	12,6	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio 2006	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Maio/2006				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	24,4	23,5	28,0	
Desemprego Aberto	15,7	14,9	19,6	
Desemprego Oculto	8,6	8,7	8,4	
Participação (PEA/PIA)	60,1	61,1	55,8	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7	
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5	
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7	
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7	
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0	
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3	
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3	
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3	
Março	14,9	14,4	61,1	61,7	
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5	
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380

Variação mensal

Mai-06/Abr-06	-0,7	-0,8	-0,7	1,7	-1,0	0,0
----------------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------

Variação no ano

Mai-06/Dez-05	-1,6	-3,2	3,4	5,7	-2,8	5,2
----------------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Mai-06/Mai-05	1,7	3,6	-3,9	4,3	-1,0	-5,4
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006										
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ²			Assalariados ³			
	Valor absoluto		Índice	Valor absoluto		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2005	739	398	79,7	851	491	80,0	
Fevereiro	766	419	82,6	871	510	81,9	
Março	794	419	85,7	901	512	84,8	
Abril	765	405	82,5	873	482	82,1	
Maio	753	395	81,2	858	474	80,7	
Junho	735	403	79,3	845	478	79,5	
Julho	744	419	80,2	861	504	81,0	
Agosto	752	420	81,1	871	525	81,9	
Setembro	751	419	81,0	870	520	81,8	
Outubro	749	417	80,8	855	515	80,4	
Novembro	739	412	79,7	852	513	80,1	
Dezembro	737	412	79,4	835	510	78,5	
Janeiro 2006	751	410	81,0	853	510	80,2	
Fevereiro	758	408	81,8	857	506	80,6	
Março	748	405	80,7	864	504	81,3	
Abril	745	404	80,3	860	502	80,9	
Variação mensal							
Abr-06/Mar-06	-0,4	-0,2	-0,4	-0,4	-0,5	-0,4	
Variação no ano							
Abr-06/Dez-05	1,1	-2,0	1,1	3,1	-1,6	3,1	
Variação anual							
Abr-06/Abr-05	-3	0	-2,623	-1	4	-1,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Outubro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2005	254	364	440	794	2.285
Fevereiro	271	371	466	807	2.263
Março	288	370	469	814	2.331
Abril	289	362	471	779	2.290
Maio	283	368	465	766	2.323
Junho	264	376	448	754	2.306
Julho	275	381	451	778	2.285
Agosto	294	388	450	791	2.247
Setembro	290	376	447	792	2.186
Outubro	264	367	449	797	2.201
Novembro	249	350	454	781	2.182
Dezembro	275	362	483	782	2.199
Janeiro 2006	289	375	505	776	2.200
Fevereiro	276	377	499	790	2.209
Março	255	371	481	777	2.224
Abril	241	373	460	762	2.241

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2006

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2005	722	978	543	728	812	419
Fevereiro	733	977	545	740	820	425
Março	764	1112	579	737	852	450
Abril	737	1055	559	704	824	448
Maio	725	1020	565	699	814	449
Junho	696	901	563	688	780	430
Julho	700	918	593	683	784	428
Agosto	707	969	574	685	785	434
Setembro	714	1055	568	678	794	442
Outubro	711	1043	546	677	793	431
Novembro	714	1042	585	673	798	430
Dezembro	702	1000	585	671	788	414
Janeiro 2006	718	1001	591	706	801	434
Fevereiro	723	1050	570	695	811	422
Março	719	1047	526	694	806	424
Abril	703	1021	529	665	785	427

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2006

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	129	280	398	765	1.626	280	325	491	911	1.745
Fevereiro	141	279	419	857	1.626	279	325	510	965	1.824
Março	160	279	419	855	1.721	278	323	512	965	1.937
Abril	138	278	405	811	1.609	276	320	482	956	1.876
Maio	127	276	395	760	1.602	276	319	474	854	1.895
Junho	127	276	403	744	1.594	276	315	478	850	1.784
Julho	126	314	419	799	1.579	314	315	504	934	1.878
Agosto	126	315	420	840	1.627	315	336	525	945	1.836
Setembro	125	313	419	834	1.668	313	346	520	946	1.877
Outubro	155	309	417	815	1.574	309	335	515	937	1.783
Novembro	154	308	412	773	1.563	308	329	513	923	1.808
Dezembro	153	306	412	811	1.546	306	328	510	908	1.650
Janeiro 2006	153	304	410	811	1.622	304	339	510	918	1.809
Fevereiro	152	303	408	808	1.621	303	344	506	911	1.818
Março	151	301	405	804	1.520	301	342	504	909	1.808
Abril	150	301	404	800	1.583	301	350	502	904	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Abril de 2006

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Maio/2006					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	18.451	3.655	1.626	3.483	5.114
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Jun/05 - Maio/06	49.085	8.737	6.746	14.645	21.566

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Maio/2006**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	4.697	691	1.252	893	1.855
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Jun/05 - Maio/06	30.370	2.876	5.386	5.057	16.163

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mar-Abr/2006 (c)	% (c/a)	Até o bím. (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	-	-	96.591.317	-	189.604.216	-	(189.604.216)
Receita Tributária	-	-	30.508.058	-	56.799.161	-	(56.799.161)
Receita de Contribuições	-	-	51.181.049	-	100.478.192	-	(100.478.192)
Receita Patrimonial	-	-	8.323.004	-	14.455.279	-	(14.455.279)
Receita Agropecuária	-	-	8.151	-	11.329	-	(11.329)
Receita Industrial	-	-	60.663	-	128.606	-	(128.606)
Receita de Serviços	-	-	4.094.832	-	8.760.548	-	(8.760.548)
Transferências Correntes	-	-	53.978	-	73.398	-	(73.398)
Outras Receitas Correntes	-	-	2.361.581	-	8.897.703	-	(8.897.703)
Receitas de Capital	-	-	16.464.524	-	57.642.226	-	(57.642.226)
Operações de Crédito (¹)	-	-	6.862.235	-	40.426.399	-	(40.426.399)
Alienação de Bens	-	-	236.282	-	801.662	-	(801.662)
Amortizações de Empréstimos	-	-	3.420.054	-	6.287.569	-	(6.287.569)
Transferências de Capital	-	-	4.813	-	12.173	-	(12.173)
Outras Receitas de Capital	-	-	5.941.141	-	10.114.423	-	(10.114.423)
Subtotal das Receitas (I)	-	-	113.055.841	-	247.246.442	-	(247.246.442)
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	40.017.450	-	94.239.053	-	(94.239.053)
Operações de Crédito Internas	-	-	38.889.916	-	89.912.094	-	(89.912.094)
Operações de Crédito Externas	-	-	1.127.534	-	4.326.959	-	(4.326.959)
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	-	-	153.073.291	-	341.485.495	-	(341.485.495)
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)=(III+IV)	-	-	153.073.291	-	341.485.495	-	(341.485.495)
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Mar-Abr/ 2006 (d)	Até o Bimestre (e)	Mar-Abr/ 2006 (f)	Até o Bimestre (g)		
Despesas Correntes	611.753.967	1.781.506	613.535.473	38.774.499	433.456.181	83.755.943	171.344.412	27,9	442.191.061
Pessoal e Encargos Sociais	101.824.450	7.300	101.831.750	5.760.722	73.480.383	15.292.594	32.217.754	31,6	69.613.996
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	-	179.525.234	284.777	178.797.979	22.115.610	41.296.273	23,0	138.228.961
Outras Despesas Correntes	330.404.283	1.774.206	332.178.489	32.729.000	181.177.819	46.347.739	97.830.385	29,5	234.348.104
Transf. a Estados, DF e Municípios	113.096.788	9.177	113.105.965	5.244.138	97.791.410	13.908.478	33.336.595	29,5	79.769.370
Benefícios Previdenciários	155.641.772	-	155.641.772	16.810.717	46.372.622	23.315.316	46.368.215	29,8	109.273.557
Demais Despesas Correntes	61.665.723	1.765.029	63.430.752	10.674.145	37.013.787	9.123.945	18.125.575	28,6	45.305.177
Despesas de Capital	104.590.326	2.714.749	107.305.075	962.991	98.227.126	8.034.946	21.424.000	20,0	85.881.075
Investimentos	252.882	2.562.804	2.815.686	341.057	510.887	5.674	5.773	0,2	2.809.913
Inversões Financeiras	11.844.395	151.945	11.996.340	14	11.840.633	2.128.867	3.106.429	25,9	8.889.911
Amortização da Dívida	92.493.049	-	92.493.049	621.920	85.875.606	5.900.405	18.311.798	19,8	74.181.251
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (I)	716.344.293	4.496.255	720.840.548	39.737.490	531.683.307	91.790.889	192.768.412	26,7	528.072.136
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	834.588.711	0	834.588.711	1.273.000	834.588.711	86.541.018	148.142.999	17,8	686.445.712
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	1.273.000	826.884.493	85.712.611	145.776.264	17,6	681.108.229
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	828.407	2.366.735	30,7	5.337.483
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.550.933.004	4.496.255	1.555.429.259	41.010.490	1.366.272.018	178.331.907	340.911.411	21,9	1.214.517.848
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	574.084	-	-
Total (III+IV)	1.550.933.004	4.496.255	1.555.429.259	41.010.490	1.366.272.018	178.331.907	341.485.495	-	1.214.517.848

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006							
R\$ 1.000							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Mar/Abr	%	No exercício	%	
			(a)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	15.484.891	15.529.377	2.310.045	14,88	4.756.512	30,63	10.772.865
Receita Tributária	8.800.006	8.800.006	1.287.116	14,63	2.637.413	29,97	6.162.593
Impostos	8.550.199	8.550.199	1.249.827	14,62	2.561.237	29,96	5.988.962
Taxas	249.807	249.807	37.289	14,93	76.175	30,49	173.631
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	274.542	17,12	534.104	33,30	1.069.891
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	274.542	17,12	534.104	33,30	1.069.891
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	129.020	29.084	22,54	57.245	44,37	71.776
Receitas Imobiliárias	7.986	7.986	1.030	12,90	2.407	30,14	5.579
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	115.391	27.464	23,80	53.569	46,42	61.822
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	448	8,06	985	17,76	4.565
Outras Receitas Patrimoniais	93	93	142	153,15	283	305,64	(191)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	3	0,18	3	0,16	1.632
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	-	-	150
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	3	0,25	3	0,25	1.202
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	-	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	89.104	7.438	8,35	18.585	20,86	70.519
Receita de Serviços	79.558	89.104	7.438	8,35	18.585	20,86	70.519
Transferências Correntes	5.497.055	5.507.897	780.296	14,17	1.655.694	30,06	3.852.204
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.331.744	772.320	14,49	1.628.743	30,55	3.703.001
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.183	29	2,45	57	4,90	1.125
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	174.971	7.947	4,54	26.893	15,37	148.078
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	814.680	136.987	16,81	275.284	33,79	539.396
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	13.281	10,31	31.618	24,55	97.179
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	817	2,84	4.689	16,31	24.063
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	1.049	14,30	2.064	28,13	5.275
Receitas Diversas	625.697	649.792	121.840	18,75	236.914	36,46	412.879
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(205.420)	14,50	(421.815)	29,77	(995.246)
Receitas de Capital	941.058	942.718	75.136	7,97	121.669	12,91	821.049
Operações de Crédito	698.573	698.573	61.560	8,81	102.828	14,72	595.745
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	8.380	2,19	32.582	8,50	350.820
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	53.180	16,87	70.247	22,29	244.924
Alienação de Bens	37.727	38.887	2.085	5,36	4.046	10,40	34.841
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.170	1.398	4,21	2.249	6,78	30.921
Alienação de Bens Imóveis	4.557	5.717	687	12,01	1.797	31,43	3.920
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	395	7,70	789	15,38	4.343
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	395	7,69	789	15,38	4.342
Transferências de Capital	196.387	196.887	11.097	5,64	14.006	7,11	182.881
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	300	-	-	-	-	300
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	183.800	11.097	6,04	14.006	7,62	169.794
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.472.095	2.385.182	14,48	4.878.181	29,61	11.593.914

continua...

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Mar/ Abr	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	16.425.949	16.472.095	2.385.182	14,48	4.878.181	29,61	11.593.914
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	16.425.949	16.472.095	2.385.182	14,48	4.878.181	29,61	11.593.914
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	24.095	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Abr/2006								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Mar-Abr	No Exercício	Bim. Mar-Abr	No Exercício	
Despesas Correntes	13.650.484	41.942	13.692.426	2.038.765	3.994.813	2.026.697	3.867.189	9.825.238
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	12.170	7.003.510	1.048.455	2.182.565	1.057.734	2.173.065	4.830.445
Juros e Encargos da Dívida	805.880	1.000	806.880	90.272	171.503	90.272	171.503	635.377
Outras Despesas Correntes	5.853.264	28.772	5.882.036	900.038	1.640.744	878.690	1.522.621	4.359.416
Despesas de Capital	2.743.965	5.003	2.748.968	387.858	631.732	357.593	584.297	2.164.671
Investimentos	1.611.710	27.809	1.639.520	193.316	238.778	163.049	191.343	1.448.177
Inversões Financeiras	135.869	(6)	135.863	11.718	25.368	11.720	25.368	110.495
Amortização da Dívida	996.385	(22.800)	973.585	182.824	367.586	182.824	367.586	605.999
Reserva de Contingência	31.500	(800)	30.700	-	-	-	-	30.700
Subtotal das Despesas (VIII)	16.425.949	46.145	16.472.095	2.426.623	4.626.545	2.384.290	4.451.486	12.020.609
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	16.425.949	46.145	16.472.095	2.426.623	4.626.545	2.384.290	4.451.486	12.020.609
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	426.695	-
Total (XII)=X+XI	16.425.949	46.145	16.472.095	2.426.623	4.626.545	2.384.290	4.878.181	12.020.609

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Abr/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maio	601.883		66.249		668.132	
Junho	616.439		65.828		682.267	
Julho	514.707		85.607		600.314	
Agosto	490.534		82.891		573.425	
Setembro	625.826		77.998		703.824	
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	6.877.127		772.828		7.649.955	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2005 - Abr/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	643.204	614.779	30.497	52.578	673.701	667.357
Fevereiro	529.289	598.866	63.470	77.920	592.759	676.786
Março	485.660	567.875	48.660	58.060	534.320	625.935
Abril	522.305	601.722	67.387	59.602	589.692	661.324
Maio	598.788		65.908		664.696	
Junho	616.038		65.785		681.823	
Julho	516.456		85.898		602.354	
Agosto	496.099		83.831		579.931	
Setembro	633.763		78.987		712.750	
Outubro	638.024		52.449		690.473	
Novembro	620.816		49.623		670.439	
Dezembro	601.295		82.981		684.276	
Total	6.901.737		775.477		7.677.214	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de Abril/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Mar/2006

R\$ 1.000

Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balço Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mar-Abr/2006 (b)	% b/a	Mar-Abr 2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	2.153.816	2.156.086	271.566	12,6	544.139	25,2	1.611.947
Receita Tributária	572.188	572.188	94.534	16,5	227.357	39,7	344.831
Impostos	482.454	482.454	78.162	16,2	187.683	38,9	294.771
Taxas	89.734	89.734	15.971	17,8	38.837	43,3	50.897
Outras Receitas Tributárias	-	-	401	-	837	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	11.282	13,6	22.200	26,8	60.593
Contribuições Sociais	37.254	37.254	3.940	10,6	7.966	21,4	29.288
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.342	16,1	14.234	31,3	31.305
Receita Patrimonial	49.043	49.043	6.174	12,6	11.903	24,3	37.140
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	152	11,0	286	20,7	1.096
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	3.123	30,5	6.064	59,2	4.187
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	2.842	11,4	5.488	22,0	19.489
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	57	0,5	65	0,5	12.368
Receita Industrial	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita de Serviços	29.303	31.273	424	1,4	2.635	8,4	28.638
Receita de Serviços	29.303	31.273	424	1,4	2.635	8,4	28.638
Transferências Correntes	1.190.445	1.190.745	144.952	12,2	250.615	21,0	940.130
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	141.742	12,4	243.730	21,3	900.455
Transf. de Instituições Privadas	8	8	166	2.075,0	166	2.075,0	(158)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	46.252	46.552	3.044	6,5	6.719	14,4	39.833
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	14.200	6,3	29.429	13,0	196.715
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	5.745	7,5	10.992	14,4	65.367
Indenizações e Restituições	-	-	764	-	1.399	-	(1.399)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	6.163	4,5	12.741	9,3	124.743
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	1.528	12,4	4.297	34,9	8.004
Receitas de Capital	66.317	66.367	6.628	10,0	10.099	15,2	56.268
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	3	-	148
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	3	2,0	148
Transferências de Capital	54.438	54.488	6.628	12,2	10.096	18,5	44.392
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	50.418	50.468	6.628	13,1	10.096	20,0	40.372
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(7.962)	10,2	(19.342)	24,8	(58.541)
Subtotal das Receitas (I)	2.142.250	2.144.570	270.232	12,6	534.896	24,9	1.609.674
Déficit (II)	-	-	39.798	-	-	-	-
Total (III)= (I+II)	2.142.250	2.144.570	310.030	14,5	534.896	24,9	1.609.674

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário ¹								R\$ 1.000	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Abr/2006									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr/ 2006 (d)	Jan-Abr/ 2006 (e)	Mar-Abr/ 2006 (f)	Jan-Abr/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.879.810	3.446	1.883.256	363.941	811.616	285.806	454.915	24,2	1.428.341
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	(2.332)	598.235	72.380	349.098	108.721	180.223	30,1	418.012
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	-	80.095	10.050	31.993	11.791	21.627	27,0	58.468
Outras Despesas Correntes	1.199.148	5.778	1.204.926 -	281.511	430.525	165.294	253.065	21,0	951.861
Despesas de Capital	259.921	(10)	259.911	31.030	64.175	24.224	40.905	15,7	219.006
Investimentos	180.947	(10)	180.937	9.131	21.082	9.139	16.586	9,2	164.351
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	660	1.520	743	1.486	37,0	2.532
Amortização da Dívida	74.956	-	74.956	21.239	41.573	14.342	22.833	30,5	52.123
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	2.142.250	3.436	2.145.686	394.971	875.791	310.030	495.820	23,1	1.649.866
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (III) = (I+II)	2.142.250	3.436	2.145.686	394.971	875.791	310.030	495.820	23,1	1.649.866
Superávit (IV)	-	-	-	-	-		39.076	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.142.250	3.436	2.145.686	394.971	875.791	310.030	534.896	24,9	1.649.866

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

